



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº AVULSO VI

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PP	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB.....	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP.....	Cida Borghetti
PT.....	Tadeu Veneri
PDT.....	Barbosa Neto
PSL.....	Luiz Carlos Martins
PL.....	Mauro Moraes
PPS.....	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT - 09:** André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB - 09:** Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL - 04:** Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT - 04:** Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS - 04:** Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP - 04:** Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB - 03:** Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL - 03:** Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB - 02:** José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL - 01:** Luiz Carlos Martins.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PORTO DE PARANAGUÁ

SUMÁRIO

Atas das Reuniões:

Instalação	03
2ª Ordinária	03
3ª Ordinária	03
4ª Ordinária	04
5ª Extraordinária.....	05
6ª Ordinária	05
7ª Ordinária	06
8ª Ordinária	07
9ª Ordinária	08
10ª Ordinária	08
12ª Ordinária	09
13ª Ordinária	10
14ª Ordinária	10
15ª Ordinária	10
16ª Ordinária	11
17ª Ordinária	11
18ª Ordinária	11
20ª Ordinária	12
21ª Ordinária	12
22ª Ordinária	13

Conclusões:

Conclusão 01:

Da Qualidade da Gestão Pública ... 15

Conclusão 02:

Da paralisação dos Portos ocorrida em 2004..... 15

Conclusão 03

Da formação de filas de caminhões e navios 17

Conclusão 04

Das condições sanitárias 18

Conclusão 05

Da licitação da empresa Máxima... 18

Conclusão 06

Da denúncia de envolvimento de Deputado com empresas de limpeza atuando no Porto de Paranaguá..... 18

Conclusão 07

Dos protestos da Marinha.....19

Conclusão 08

Da Dragagem.....19

Conclusão 09

Da segurança portuária.....21

Conclusão 10

Do desaparecimento de 1610 toneladas de soja do silo22

Conclusão 11

Das conformidades ambientais.....22

Conclusão 12

Das áreas cedidas pela APPA22

Conclusão 13

Da informática.....23

Conclusão 14

Das Balanças23

Conclusão 15

Da soja transgênica.....23

Conclusão 16

Das reclamações da Receita Federal23

Conclusão 17

Das ações trabalhistas e reestruturação do Quadro de Pessoal.....23

Conclusão 18

Das Licitações24

Conclusão 19

Das fiscalizações da ANTAQ24

Conclusão 20

Da explosão do navio "Vicunha"....24

Conclusão 21

Dos resultados da APPA.....25

Cargas25

Veículos25

Navios25

Do superávit.....25

Encaminhamentos da CPI.....26

Agradecimentos29

Considerações Finais.....29

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Atas das Reuniões:

Ata de Instalação

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PORTO DE PARANAGUÁ ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e seus dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de instalar a Comissão e eleger o Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado André Vargas, Vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida à eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Valdir Rossoni e Waldyr Leite para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Valdir Rossoni agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Alexandre Curi para o cargo de Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

2ª Reunião Ordinária

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 27 DE ABRIL DE 2004

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reuniram-se os seguintes senhores Deputados: Barbosa Neto, Alexandre Curi, Waldyr Leite, Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Plauto Miro Guimarães, André Vargas. Na qualidade de Presidente em exercício da Assembléia Legislativa, abriu os trabalhos da reunião o senhor Deputado André Vargas, procedendo a leitura dos atos constitutivos da CPI, tais como: Ato da Presidência nº 05/04, datado de 24 de março de 2.004, Ata de Instalação da CPI, datado de 26 de abril de 2.004, dando posse aos Deputados eleitos na forma regimental

aos cargos da CPI, ficando assim a composição da Comissão: Presidente da CPI, ao senhor Deputado Valdir Rossoni, Vice-Presidente senhor Deputado Waldyr Leite e relator Deputado Alexandre Curi. Na sequência assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Valdir Rossoni, que reafirmou o propósito da CPI, de cumprir sua missão de averiguação de possíveis irregularidades ocorridas na atual administração do Porto de Paranaguá. O senhor Deputado Antonio Martins Anibelli, solicitou a palavra e requereu ao Presidente que as investigações da CPI, também enfocasse as administrações anteriores. A presidência colocou em discussão a proposição, sendo que usuram da palavra os senhores Deputados Plauto Miro Guimarães, Waldyr Leite, Barbosa Neto. Colocado em votação o requerimento o mesmo foi rejeitado pela maioria dos Deputados presentes. Na continuidade, deliberou-se também pelo encaminhamento dos seguintes ofícios da CPI: - Ofício a todas as principais redes de televisão no Estado, solicitando cópias de matérias veiculadas versantes sobre possíveis problemas e irregularidades na Administração do Porto de Paranaguá; Ofício a Secretaria de Estado da Comunicação Social, requerendo relatório de custo de veiculação de anúncios versantes sobre o Porto de Paranaguá nos principais jornais do estado e revistas de circulação nacional; ofício ao Tribunal de Contas do Estado, requerendo relatório de acompanhamento de despesas quadrimestrais efetuadas pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; Ofício à Corregedoria do Tribunal de Contas questionando sobre possíveis denúncias de irregularidades na administração do Porto de Paranaguá, na atual administração. Ofício ao Tribunal de Contas do Estado solicitando a disposição de Técnicos para assessoramento junto a CPI; Ofício à ANTAC - Agência Nacional Aeroportuária, solicitando cópia do recente relatório que aponta irregularidades na atual administração no Porto de Paranaguá. Em seguida o senhor Presidente colocou para discussão uma proposta de Regimento Interno da CPI, após deliberação, foi aprovado o novo Regimento Interno da CPI, constante em anexo, parte integrante desta Ata. Nada a mais havendo a tratar, o senhor Presidente Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para segunda-feira, 03 de maio do corrente, às 17:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, determinando que eu, Dr. Jefferson Abade, Secretário e Consultor Jurídico da CPI, lavras-se a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Dr. Jefferson Abade - Secretário

3ª Reunião Ordinária

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA 03 DE MAIO DE 2004

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas, na sala de reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, Waldyr Leite, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi e sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade e na sequência apresentou a equipe de consultoria e assessoramento administrativo inicial da CPI, equipe esta que mereceu o referendo de todos os membros da CPI, ficando assim constituída a equipe: como Coordenador Jurídico Legislativo da CPI o Dr. Jefferson Abade, como Secretária Executiva do Presidente, a Bel. Lillian Harriet Wunderlich, como Secretária da Comissão responsável pela Secretaria Administrativa da CPI, a Sra. Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, como Consultor Jurídico auxiliar o Dr. Luciano Lacerda Neto, como arquiteto o Sr. Silsso Antonio Corso, como auxiliar administrativo o Sr. Richard Sotto Maior e como Secretário de Comunicação da CPI o Dr. Edson Vieira. O senhor Presidente determinou que o senhor relator Deputado Alexandre Curi indicasse os demais assessores necessários, para que cada um dos membros da CPI desempenhasse à contento suas funções na CPI. Na oportunidade o senhor Deputado Antonio Anibelli apresentou a mesa dos trabalhos um requerimento escrito solicitando a disposição para a CPI do servidor público do Tribunal de Contas do Estado, Sr. Agileu Bittencourt. Colocado em discussão o requerimento, aprovado a solicitação de disposição do referido servidor para prestar serviços de assessoramento de forma exclusiva ao senhor Deputado relator, Alexandre Curi, em seguida o Presidente Deputado Rossoni, solicitou aos membros que definissem as estratégias de trabalho da CPI, iniciando pela indicação das datas das duas próximas reuniões. Usaram da palavra os Deputados: Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Waldyr Leite e Plauto Miro, ficando definido através de deliberação que a CPI reunir-se-á na segunda-feira, dia 10 de maio do corrente às 09:00, e na quarta-feira dia 12 de maio, às 09:00, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia, dependendo da agenda de reuniões pré agendadas das demais CPIs em andamento. Na continuidade o senhor Presidente solicitou aos Deputados membros que indicassem a pauta das reuniões retro mencionadas, ficando definido a seguinte pauta: para segunda-feira, 10 de maio, a ouvida do convidado Sr. Luiz Antonio Fayet, representando o Conselho da Autoridade Portuária do porto de Paranaguá e para a quarta-feira, dia 12 de maio, a ouvida dos convidados Senhores, Mauro Marder e Sergio Mendes, Diretor do Terminal de Cargas do porto de Paranaguá – TCP e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC respectivamente. Em seguida o senhor Deputado Alexandre Curi propôs a ouvida do Sr. Ozires Stenguel Guimarães, ex-Diretor Superintendente da APPA-Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a proposta sendo a mesma rejeitada pela maioria dos deputados membros da

CPI presentes. O senhor Deputado Barbosa Neto fez um breve discurso demonstrando brilhantemente a necessidade de aprofundamento das investigações no que concerne às irregularidades na atual administração do Porto. O senhor Antonio Anibelli requereu verbalmente que as investigações se ampliassem às administrações anteriores. O senhor Presidente colocou em discussão e votação o requerimento, sendo rejeitada a proposta pela maioria dos Deputados presentes, sendo registrado os votos favoráveis a proposição dos Deputados Alexandre Curi e Antonio Anibelli e contrários a proposta, dos Deputados Plauto Miro Guimarães, Barbosa Neto e Waldyr Leite. Nada a mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para segunda-feira, 10 de maio do corrente, às 09:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

4ª Reunião Ordinária

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA
10 DE MAIO DE 2004

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às nove horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldyr Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator) e Nelsinho Dal Santos, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade e na sequência lembrou aos Senhores Deputados a importância da presença dos mesmos às reuniões da CPI. Em seguida passou a palavra ao Senhor Luiz Antônio Fayet, representante do Conselho de Autoridade Portuária para fazer suas considerações iniciais. O Senhor Luiz Antônio Fayet faz sua exposição e apresenta alguns documentos a CPI, reforçando e abrihantando seu relato. Os senhores Deputados presentes fizeram seus questionamentos, o Senhor Luiz Antônio Fayet responde a todos colocando-se à disposição para futuros esclarecimentos. Na continuidade o senhor Presidente solicita que seja oficiada a Empresa Bandeirantes, solicitando cópia dos termos de re-pactuação dos contratos havidos entre esta Empresa e o Porto de Paranaguá. O Deputado Plauto Miro Guimarães requer seja oficiado à direção do Porto de Paranaguá solicitando relatório das ocorrências dos comandantes de navio a cerca da execução dos serviços portuários. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada a mais havendo

a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para quarta-feira, 12 de maio do corrente, às 17:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, com a oitiva dos Senhores: Doutor Ágide Meneguetti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e João Paulo Koslovski, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

5ª Reunião - Extraordinária

ATA DA 5ª REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA
11 DE MAIO DE 2004

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator) e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente inicia fazendo um breve relato da visita feita ao Porto de Paranaguá no período da manhã, na oportunidade demonstrase preocupado com a situação sanitária lastimável em que se encontram as dependências do Porto de Paranaguá, onde foi encontrada uma completa desatenção a esta questão, com focos de ratos e pombos, restos mortais de outros animais, ovos, lixos, fezes, misturados à soja ume-decida já em processo de fermentação biológica, além de outros detritos que afrontam as normas de higiene estadual, nacional e internacional. Situação essa que obriga os trabalhadores que lá exercem suas atividades a conviverem em local não saudável, sem refeitórios adequados e sanitários sem condições de uso. Com a aprovação dos Senhores Deputados presentes solicita que sejam oficializados: o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde, a Anvisa, ao CAP – Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina e à Secretaria de Estado da Saúde, informando a estes órgãos a situação em que se encontra o Porto de Paranaguá e pedindo providências com relação à falta de higiene do mesmo. Os Senhores Deputados aprovam o Convite para a vinda para a próxima reunião, da Dra. Manuela da Encarnação Oliveira, Diretora de Técnica da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e do responsável pelo controle sanitário do Porto, para que os mesmos prestem esclarecimentos necessários. Nada a mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando outra reunião Ordinária

para segunda-feira, dia 17 de maio do corrente, às 17:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, com a presença dos convidados acima citados. O Senhor Presidente determina que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

6ª Reunião Ordinária

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA
17 DE MAIO DE 2004

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às 17:00 horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator) e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Deputado Plauto Miro requereu que fosse convidado o Dr. Ogarito Linhares, ex-Diretor Técnico da APPA, para a próxima reunião. O Deputado Barbosa Neto requereu que fosse oficiado convite o Delegado Marco Antônio Franco. O Deputado Alexandre Khury requereu fosse convidado o ex-Procurador do APPA, Senhor Alaor Ribeiro Reis. O Deputado Elton Welter requereu fosse convidado o Responsável pela Balança do Silo. O Senhor Presidente requereu, também, que fossem convidados os Senhores: Uniland Marés da Costa, ex-Chefe da Divisão de Silo do APPA; Valdir Neves, ex-Chefe de Operação do APPA; Gilmar Francenelli, ex-Chefe do "POOL"; João Paulo Kolovski, Presidente da OCEPAR, já convidado anteriormente; Dr. Ágide Meneguetti, Presidente da FAEP, já convidado anteriormente; Dr. Hélio José da Silva, Representante da ANTAQ no CAP; Dr. Willian Mantelli, Vice-Presidente Executivo da Comissão de Portos da Ação Empresarial; Dr. Sérgio Salomão, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Containers; Representante da Associação Comercial de Paraná; Representante das Entidades de Usuários do Porto de Paranaguá, Com Exportadores e Importadores; Representante das Entidades que representam os Caminhoneiros no Paraná e no Brasil. Todas estas proposições foram aprovadas pelos membros da CPI, ficando deliberado que a ordem de chamada dos Senhores convidados será estabelecida pelo Senhor Presidente da CPI. Em seguida, o Deputado Valdir Rossoni passou a palavra a Senhora Maria Manoela da Encarnação Oliveira, Diretora Técnica da APPA, que faz sua exposição e apresenta alguns docu-

mentos, os quais serão enviados posteriormente a CPI, reforçando seu relato. Os senhores Deputados presentes fizeram seus questionamentos. A convidada responde a todos e coloca-se à disposição para futuros esclarecimentos. Em seguida o Senhor Presidente solicita que seja oficiado o Doutor Alceu Martins Ricci Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá e o Doutor Valmir Soccio, Delegado Chefe da 1ª Subdivisão de Polícia de Paranaguá, para que enviem a esta CPI do Porto cópias do Inquérito Policial nº 507/2003, tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada a mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando reuniões para a próxima segunda-feira, dia 24, terça-feira, dia 25 e quarta-feira, dia 26 maio do corrente, às 09:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, sendo que na segunda-feira serão ouvidos os Senhores: Doutor Ogarito Linhares, ex-Diretor Técnico do APPA e o Delegado Marco Antônio Franco, e na terça-feira os Senhores: Uniland Marés da Costa, ex-Chefe da Divisão de Silo do APP; Valdir Neves, ex-Chefe de Operação do APPA; e Gilmar Francenelli, ex-Chefe do 'Pool' determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

7ª Reunião Ordinária

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA
24 DE MAIO DE 2004

As nove horas do dia vinte e quatro do mês de maio, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, e Alexandre Curi (Relator), sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, submete a apreciação aos membros da Comissão, a requisição dos seguintes documentos à Administração do Porto de Paranaguá: cópia de todos os empenhos e liquidação dos mesmos realizados entre a data de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia dos extratos bancários, em contas-correntes mantidas pela instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os procedimentos licitatórios realizados pela instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os procedimentos de contratação através da modalidade de dispensa ou inexigibilidade de licitação, realizados pela instituição, no período

de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os convênios e contratos administrativos realizados pela instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todas as prestações de contas enviadas aos órgãos competentes, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os relatórios de atividades do porto, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, incluindo: a) data de atracamento e partida de todas as embarcações; b) cópias de todas as cargas e mercadorias movimentadas por cada embarcação; c) cópia de todas as taxas portuárias cobradas de cada embarcação; relação de todos os funcionários do porto, com salários e cargos; relação de todos os salários pagos a cada um dos funcionários, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os atos administrativos de nomeação de todos os ocupantes de cargos comissionados da instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia das declarações de bens dos ocupantes de cargos comissionados da instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, nos termos da Lei nº 8.429/92; informações sobre qual a empresa que presta serviços de vigilância e afins, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, esclarecendo os valores pagos, a data do contrato e os reajustes efetuados, bem como a relação nominal de todos os empregados da referida empresa; informações sobre qual a remuneração de cada um dos diretores e chefes da instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todas as notas de viagem e seus respectivos relatórios, de cada diretor da instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; informação sobre qual (ou quais) instituição(ões) bancária(s) é (são) utilizada (s) pela instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; informações sobre qual a modalidade de aplicação financeira utilizada pela instituição e quais as taxas aplicadas, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data; informações sobre as apólices de seguro mantidas pela instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, seus valores, seus prêmios, seus pagamentos, suas coberturas, franquias e a forma de contratação das empresas seguradoras; informações sobre a frota total da instituição, no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, discriminando cada veículo, e informando ainda se há a contratação de serviços de locação de automotores, sendo que em caso positivo informar quais os valores pagos e a companhia contratada, além da forma de contratação da mesma; informações sobre todas as obras realizadas no período de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, a natureza das mesmas, os valores pagos e a forma de contratação das empresas; as informações deverão ser prestadas no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva notificação do responsável. O Senhor Deputado Alexandre Khury solicita seja oficiado a APPA qual o valor do que foi gasto na construção feita para as acomodações da Receita Federal no Porto. O Senhor Deputado Waldir Leite requer seja convocado o Senhor Guido Ceccato,

para prestar esclarecimentos à CPI; requer seja oficiado a APPA solicitando: 1) Contratos das linhas telefônicas de propriedade da APPA, bem como a quantidade de seus números, inclusive celulares; 2) Cópia das contas destas linhas de janeiro de 2003 até maio de 2004; 3) Cópia do contrato de prestação de serviço com a APPA, de empresas que tenham o nome deste Deputado Waldir Leite, como sócio ou proprietário, e com os devidos números de CNPJ; requer, também, sejam convocados os Senhores André Chapaval dos Santos, José Carlos Domanski e José Roberto Correia, representantes do Porto de Paranaguá e Ricardo Sudaia, da Dragagem Bandeirantes; requer, seja oficiado a APPA solicitando organograma, bem como o nome das pessoas que ocupam cargos e funções dentro do mesmo; demonstrativos financeiros com as respectivas discriminações de receitas e despesa, mês a mês, a partir de janeiro de 2003 até maio de 2004; requer ainda, seja oficiado a Junta Comercial do Paraná, requerendo cópia dos contratos sociais em que conste o nome deste Deputado Waldir Leite, como sócios ou proprietários. O Deputado Antônio Anibelli requer seja oficiado o Porto de Paranaguá solicitando cópia do Contrato de Prestação de serviços com a APPA e as empresas representadas pelo Deputado Waldir Leite e por seus familiares, como sócios ou proprietários das mesmas e também solicitando medidas urgentes para a reinstalação da Agência da Receita Federal. Todas estas proposições foram aprovadas pelos membros presentes na reunião da CPI. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passou a palavra ao primeiro convidado, Delegado Marcos Antônio Franco, que faz uma breve exposição e coloca-se à disposição dos Senhores Deputados, que fizeram seus questionamentos. O convidado responde a todos. O Senhor Presidente agradece sua presença e solicita que o próximo convidado Senhor Ogarito Linhares tomasse assento em seu lugar. O Senhor Ogarito inicia suas considerações, sendo questionado pelos Senhores Deputados integrantes da CPI, respondendo a todos. O Deputado Neivo Beraldin comparece a reunião e faz alguns relatos sobre documentos da Comissão de Fiscalização, informando que passará às mãos da CPI do Porto posteriormente. O Senhor Presidente requer seja oficiado a Liderança do PT para que a mesma solicite ao Deputado Elter Walter para comparecer às reuniões, ou que esta Liderança indique outro Deputado para substituí-lo. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, marcando reunião para a próxima terça-feira, dia 25 de maio do corrente, às 9:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores: Onilande Marés da Costa, ex-Chefe da Divisão de Silo da APPA; Valdir Neves, ex-Chefe de Operação da APPA; e Gilmar Francenelli, ex-Chefe do 'Pool' determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

8ª Reunião Ordinária

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
25 DE MAIO DE 2004

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de maio, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passou a palavra primeiramente ao Senhor Valdir Neves, ex-Chefe de Operação da APPA, em seguida ao Senhor Onilande Marés da Costa, ex-Chefe da Divisão do Silo da APPA e por último ao Senhor Gilmar Francenelli, ex-Chefe do "Pool" da APPA. Os Senhores convidados fizeram suas exposições e foram questionados pelos Senhores Deputados e responderam a todos os questionamentos dentro de suas possibilidades. O Deputado Elton Welter requer seja oficiado a Empresa SAFRAS E MERCADOS LTDA, solicitando informações sobre qual o valor da tonelada da soja e do farelo de soja em Paranaguá, no período de 1º a 10 de outubro de 2003; e se no período acima mencionado, o valor do 1.610 toneladas de soja é equivalente ao valor de 2.500 toneladas de farelo de soja. O Deputado Waldir Leite requer que seja solicitado a APPA, cópia das Atas de programação, de atracação; relatório final de cada navio do corredor de exportação; a partir de quando e que portaria deixa de penalizar os operadores que não cumprem a programação das reuniões. Proposição estas aprovadas pelos Senhores Deputados. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos marcando reuniões para a próxima segunda-feira, dia 31 de maio e terça-feira, dia 01 de junho do corrente, às 17:00 horas, na sala de reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores: José Carlos Mendes, Presidente Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina e Adriano Vidal, Presidente da Associação Comercial de Paranaguá, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por

mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente

Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

9ª Reunião Ordinária

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA
31 DE MAIO DE 2004

Às dezessete horas do dia 31 do mês de maio, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passou a palavra ao Senhor José Carlos Mendes, convidado como Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina. O Senhor José Carlos Mendes inicia suas considerações informando que na última sexta-feira foi exonerado do cargo como Presidente do CAP, pelo Senhor Ministro dos Transportes, e neste momento fala como Ex-Presidente deste órgão. Após sua exposição é questionado pelos Senhores Deputados e responde a todas as perguntas dentro de suas possibilidades. O Senhor Presidente agradece a presença do convidado dispensando-o em seguida. Após coloca em votação o requerimento do Deputado Waldir Leite que solicita a APPA: cópia de todos os atos administrativos, portarias, ordens de serviços emanados pela Superintendência Portuária, no período de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os processos administrativos existentes na APPA referentes a rescisões contratuais e novas contratações de qualquer natureza, havidos no período de janeiro de 2003 até a presente data; cópia de todos os inquéritos administrativos e de sindicâncias havidos no período de janeiro de 2003 até a presente data; cópia da ficha cadastral de todos os fornecedores de serviços da APPA; cópia de todos os processos de aumentos de áreas cedidas para exploração portuária, bem como todas as concessões de áreas para servidão de passagem. Coloca em votação, também, requerimento do Deputado Alexandre Curi, solicitando seja convidado o Senhor José Roberto de Almeida Correa, Vice-Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paraná, para a próxima reunião, proposição esta já aprovada anteriormente. Requerimentos aprovados. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, marcando reunião para terça-feira, dia 15 de junho do corrente, às 17:00 horas, com a presença do

Senhor José Roberto de Almeida Correa, na sala de reuniões das Comissões, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente

Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

10ª Reunião Ordinária

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA
15 DE JUNHO DE 2004

Às dezessete horas do dia 15 do mês de junho, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em votação requerimentos dos Senhores Deputados: Waldir Leite, que requer que a CPI seja deslocada até o Município de Paranaguá, com o objetivo de ouvir as partes envolvidas no processo em andamento. Proposição aprovada, mas com o voto contrário dos Senhores Deputados Antônio Anibelli e Elton Welter. Barbosa Neto, solicitando que sejam tomadas todas as medidas judiciais necessárias, a fim de promoverem a abertura do sigilo fiscal, telefônico e bancário do Senhor Ogarito Borgias Linhares, testemunha que recentemente prestou depoimento perante este inquérito; Plauto Miro Guimarães, seja oficiado o Senhor Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, solicitando que o mesmo responda os seguintes quesitos: quais os motivos que levaram a APPA a não aceitar que a Empresa privada ASSOCEPAR, por sua conta e risco, incluso todos os custos financeiros, recentemente realizasse a dragagem do berço que utiliza para atracação de nº 201? Antônio Anibelli requer sejam tomadas todas as providências necessárias a fim de que se proceda a abertura de sigilo bancário, da conta responsável pelo Fundo de Manutenção do Corredor de Exportação, captado pela ACIAP - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, a partir do ano de 2000, data em que esta Associação passou a gerir a captação de tais recursos, para constatação do alegado pelo depoente Senhor José Roberto de Almeida Correa, Vice-Presidente da ACIAP, nesta reunião. Requerimentos estes aprovados por unanimidade dos Deputados da CPI. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passou a palavra ao Senhor José Roberto de Almeida Correa. O convidado inicia suas considerações, agradecendo o convite da CPI, e passa a relatar sobre as atividades da

ACIAP, sendo durante sua preleção, questionado pelos Senhores Deputados, respondendo a todas as perguntas. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradece a presença do convidado, dispensando-o em seguida. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, marcando reunião para quarta-feira, dia 16 de junho do corrente, às 09:00 horas, com a presença dos Senhores: Paulo Emmanuel do Nascimento Júnior, Gerente da Empresa Máxima Construtora e Asseio Ltda e Ricardo Sudaiha, Diretor Presidente da Empresa Bandeirantes, Dragagem e Construções Ltda., na sala de reuniões das Comissões, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

11ª Reunião Ordinária

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA
16 DE JUNHO DE 2004

Às nove horas do dia 16 do mês de junho, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Waldir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em votação requerimentos dos Senhores: Deputado Plauto Miró Guimarães, que requer seja oficiado à APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, solicitando cópia integral do processo de licitação, incluso cópia do recente contrato de prestação de serviços havido entre a Administração do Porto e a Empresa de Limpeza e Conservação vencedora do certame, que sucedeu o cumprimento do contrato com a Empresa Máxima, Construtora e Asseio e Conservação Ltda. Do mesmo Deputado, requer seja convidado a comparecer em reunião o Senhor Alberto Maurício Xavier da Empresa CG Construtora, citado no depoimento do Senhor Ricardo Sudaiha, Diretor Presidente da Empresa Bandeirantes, Dragagens e Construções, a fim de que o mesmo preste esclarecimentos perante os membros desta Comissão de Inquérito. Do Deputado Antônio Anibelli, requer seja convidado a comparecer em reunião os representantes da Empresa DEMAR Construção e Limpeza a fim de prestarem depoimentos importantes a cerca do tema objeto de uma das investigações em curso. Todas estas proposições foram aprovadas pelos Deputados pre-

sentes. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passa a palavra aos convidados, sendo o primeiro a depor o Senhor Paulo Emmanuel do Nascimento Júnior, Gerente da Empresa Máxima Construtora e Asseio Ltda, em seguida ao Senhor Ricardo Sudaiha, Diretor Presidente da Empresa Bandeirantes, Dragagem e Construções Ltda., os quais, respectivamente, iniciam suas considerações, agradecendo o convite da CPI, e durante suas preleções, questionados pelos Senhores Deputados, responderam a todas as perguntas. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradece a presença dos convidados, dispensando-os em seguida. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, marcando reunião para terça-feira, dia 22 de junho do corrente, às 10:00 horas, com a presença do Senhor: Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, nas dependências do Plenarinho desta Assembléia Legislativa, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

12ª Reunião Ordinária

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA
22 DE JUNHO DE 2004

Às dez horas do dia 22 do mês de junho, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade, em seguida, solicita a todos os presentes para que se faça um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do ex-Governador Leonel Brizola. O Deputado Alexandre Curi lê Ofício do Senhor Alberto Maurício Xavier, solicitando que seja adiada a tomada de seu depoimento, que estaria programado para terça-feira dia vinte e dois do mês de junho do corrente. O Senhor Presidente coloca em votação requerimento do Deputado Barbosa Neto, para que seja convidado a comparecer em reunião o Senhor Cláudio Maieirovith Pessanha Henriques, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, a fim de prestar depoimentos importantes acerca do tema objeto de uma das investigações em curso. Proposição aprovada pelos Senhores Deputados presentes. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passa a palavra ao convidado, Senhor Carlos

Alberto Wanderley Nóbrega, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, o qual, inicia suas considerações, agradecendo o convite da CPI, e durante sua preleção, questionado pelos Senhores Deputados, responde a todas as perguntas. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em seguida, agradece a presença do convidado, dispensando-o. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, marcando reunião para terça-feira, dia 29 de junho do corrente, às 17:00 horas, com a presença do Senhor Cláudio Maieirovitch Pessanha Henriques, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nas dependências da Sala de Reuniões desta Assembléia Legislativa, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

13ª Reunião Ordinária

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA
29 DE JUNHO DE 2004

Às dez horas do dia 29 do mês de junho, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade, em seguida, solicita a todos os presentes para que se faça um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do ex-Governador Leonel Brizola. O Deputado Alexandre Curi lê Ofício do Senhor Alberto Maurício Xavier, solicitando que seja adiada a tomada de seu depoimento, que estaria programado para terça-feira dia vinte e dois do mês de junho do corrente. O depoente Sr. Cláudio Maieirovitch Pessanha Henriques, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que seria ouvido nesta data enviou ofício a esta CPI justificando sua ausência por motivos relevantes. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, marcando reunião para segunda-feira dia 09 de agosto do corrente, às 17:00 horas, com a presença dos Senhores: Engenheiros da APPA, Senhores ANDRÉ LUIZ CHAPAVAL DOS SANTOS e JOSÉ CARLOS DOMANSKI, nas dependências da Sala de Reuniões desta Assembléia Legislativa, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

14ª Reunião Ordinária

TERMO DE ATA - 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA
09 DE AGOSTO DE 2004

Às dezessete horas do dia 09 do mês de agosto, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Leite (Vice-Presidente da CPI) e Plauto Miro Guimarães. Sob a Presidência do Deputado Valdir Leite foi aberto os trabalhos sendo constatada a ausência de quórum para votação da ata anterior e conseqüente prosseguimento da reunião, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

15ª Reunião Ordinária

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA
22 DE NOVEMBRO DE 2004

Às dezesseis horas e trinta minutos, do dia 22 de novembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Deputados Valdir Rossoni, (Presidente), Valdir Leite (Vice-Presidente), Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães, Alexandre Curi (Relator), e Elton Welter, sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O senhor Presidente colocou em discussão e votação as Atas das reuniões anteriores datadas de 22 de junho e 09 de agosto próximo passado, que foram aprovadas por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado Valdir Rossoni passou a palavra ao depoente Senhor Alberto Maurício Barbosa Xavier, da Construtora CG Ltda. O convidado inicia suas considerações, agradecendo o convite da CPI, e passa a fazer suas considerações, inclusive passando às mãos do Senhor Presidente, documentos comprovando seu relato. Na oportunidade foi questionado pelos Senhores Deputados, respondendo a todas as perguntas. Tudo conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em seguida, solicitou que a equipe de assessoramento técnico da CPI que se deslocasse até o Porto de Paranguá para buscar documentos referentes ao processo licitatório de todos os contratos havidos entre as Empresas: Bandeirante, Dragagem e Construções Ltda e Constru-

torã CG Ltda com a Administração da APPA. O Senhor Presidente colocou em votação requerimento do Senhor Deputado Plauto Miro Guimarães, que solicitou acareação entre o Senhor Alberto Maurício Xavier e o Senhor Ricardo Sudaiha, a fim de que a Comissão possa verificar a verossimilhança dos fatos alegados por ambos perante esta CPI, após deliberado o requerimento foi Aprovado. Na continuidade foi colocado para deliberação requerimento de autoria Antônio Anibelli, que solicita que seja convidado a comparecer a esta CPI o Senhor Engenheiro Osires Stenguel Guimarães, ex-Superintendente da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para prestar esclarecimentos, requerimento este também aprovado, com o voto contrário dos Senhores Deputados Plauto Miro Guimarães e Waldir Leite. Na oportunidade compareceram a reunião os Senhores Deputados Nereu Moura, Primeiro Secretário e André Vargas, 1º Vice-Presidente, desta Casa de Leis. Em seguida convida os Deputados integrantes da CPI para reunião no dia 24 do corrente às 10:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, onde serão analisados documentos solicitados a APPA. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra a presente reunião, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

16ª Reunião Ordinária

ATA - 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA
24 DE NOVEMBRO DE 2004

Às dez horas do dia 24 do mês de novembro, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Waldir Leite (Vice-Presidente), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Elton Welter e Plauto Miro Guimarães. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni os Senhores Deputados reuniram-se para fazer análises dos documentos recebidos pela CPI até a presente data e deliberar sobre as próximas ações a serem seguidas, ficando determinada duas reuniões para segunda-feira, dia 29 de novembro, sendo a primeira às 09:00 horas da manhã com a presença dos Senhores convidados a prestar depoimentos: André Luiz Chapaval dos Santos e Dr. José Roberto Jordão (Delegado), e a segunda reunião às 17:00 horas, com a presença dos Senhores: Ogarito Linhares, Adriano Vidal, Paulo Paiva da Associação Comercial de Paranaguá – Empresa Uninave -, e Renato Cattalini, Diretor Superintendente da Empresa Cattaline Terminais Marítimos

Ltda. Na oportunidade o Senhor Deputado Waldir Leite manifestou-se com voto contrário ao convite do Senhor Renato Cattalini. Em seguida, o Senhor Presidente Valdir Rossoni encerrou os trabalhos, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

17ª Reunião Ordinária

ATA - 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA
29 DE NOVEMBRO DE 2004

Às nove horas do dia 29 do mês de novembro, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Waldir Leite (Vice-Presidente), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Elton Welter e Plauto Miro Guimarães. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a retirada dos assessores da CPI e outras pessoas que lá se encontravam para a ouvida, somente com a presença dos Senhores Deputados, do Delegado Senhor José Roberto Jordão. Após esta reunião secreta e a dispensa do Senhor José Roberto Jordão, o Senhor Presidente juntamente com os Senhores Deputados presentes determinaram reuniões para os dias 30 e 06 do corrente, sendo que no dia trinta será ouvido o Senhor André Luiz Chapaval dos Santos e o Senhor Guido Ceccato, e no dia seis o Senhor Ricardo Sudaiha, Sócio Gerente da Empresa Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda. O Senhor Presidente solicitou que a equipe de assessoramento técnico da CPI se deslocasse, conforme necessidade, para proceder a intimação dos Senhores depoentes. Em seguida, encerrou os trabalhos, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

18ª Reunião Ordinária

ATA - 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA
29 DE NOVEMBRO DE 2004

Às dezessete horas do dia 29 do mês de novembro, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados

Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Waldir Leite (Vice-Presidente), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Elton Welter e Plauto Miro Guimarães. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao primeiro convidado, Senhor Adriano Vidal, após, ao Senhor Renato Cattalini e na sequência ao Senhor Ogarito Linhares. Os Senhores convidados fizeram suas considerações e foram inquiridos pelos Senhores Deputados, respondendo a todos dentro de suas possibilidades, tudo conforme as notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Após a dispensa dos Senhores convidados, o Senhor Presidente solicita a retirada do recinto dos assessores da CPI e outros funcionários que lá se encontravam para que os Senhores Deputados pudessem, secretamente, discutir os rumos que a CPI deverá tomar a partir desta data. O Senhor Deputado Barbosa Neto apresenta Requerimento solicitando que seja convidado a depor perante esta Comissão os representantes das Empresas de transportes Rodosafra e Centro Sul, a fim de que possam elucidar dúvidas pendentes. O Senhor Deputado Waldir Leite apresenta requerimento solicitando que esta Comissão venha aprofundar-se nas investigações dos assuntos relacionados: Operação irregular de empréstimo de soja; contratação irregular de empresas; verificação do cumprimento da legislação ambiental em vigor; Programa Porto Família; sendo que o mesmo compromete-se a trazer documentos sobre estas questões. Requerimentos aprovados. Em seguida, encerrou os trabalhos, informando aos Senhores Deputados que no dia de amanhã, trinta de novembro do corrente às 17:00 horas, serão ouvidos, como depoentes, os Senhores André Luiz Chapaval dos Santos e Guido Ceccato. Após, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

20ª Reunião Ordinária

ATA - 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA
14 DE MARÇO DE 2005

Às dezessete horas do dia 14 do mês de março, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Waldir Leite (Vice-Presidente), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Barbosa Neto e Plauto Miro Guimarães. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação

duas Atas de reuniões anteriores, que foram aprovadas por unanimidade. Na continuidade, o Senhor Deputado Plauto Miro Guimarães, apresentou requerimento solicitando a intimação dos Senhores: Ricardo Sudaiha, da Empresa Bandeirantes e Dragagens e Maurício Alberto Barbosa Xavier, da CG. Construtora a fim de se proceder acareação entre estes depoentes. Colocado em votação foi aprovado o requerimento, com os votos contrários dos Deputados Alexandre Curi e Antonio Anibelli, dentro do próprio requerimento foi também aprovado a intimação dos Senhores Renato Cattalini, da Empresa Cattalini; Mauro Mader, do TCP – Terminal de Contêineres Privado, todos para serem ouvidos na data de segunda feira próxima, dia 28 de março. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião da CPI para a data de 28 de março do corrente ano, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da CPI, quando serão ouvidos os depoentes acima citados, e agradecendo ainda a presença de todos, determinando que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente
Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

21ª Reunião Ordinária

ATA - 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA
28 DE MARÇO DE 2005

Às dezessete horas do dia 28 do mês de março, do corrente, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Waldir Leite (Vice-Presidente), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Barbosa Neto e Plauto Miro Guimarães. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Na continuidade, o Senhor Presidente informou que o Senhor Renato Cattalini enviou justificativa pela sua ausência, o Senhor Ricardo Sudaiha informou por telefone ao Coordenador Jurídico da CPI, Doutor Jefferson Abade a impossibilidade de comparecer à reunião por motivo de compromisso assumido anteriormente no mesmo horário, o Senhor Maurício Alberto Barbosa Xavier não foi encontrado para receber a intimação, portanto os Senhores citados não compareceram à reunião. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Mauro Mader, do TCP – Terminal de Contêineres Privado, para fazer suas considerações sendo questionado pelos Senhores Deputados. Os Senhores Deputados deliberaram, também, nesta reunião, que os Senhores Ricardo Sudaiha e Maurício Barbosa

Xavier deverão ser intimados, para serem ouvidos em acareação na data de segunda feira próxima, dia 04 de abril, do corrente. Assim sendo foi determinado que o Doutor Jefferson Abade, Coordenador Jurídico desta CPI, se desloque até o Rio de Janeiro para proceder pessoalmente a intimação do Senhor Ricardo Sudaiha., respeitando o procedimento formal do Código de Processo Penal Brasileiro. Foi recepcionado pela Presidência o Pré-relatório da CPI elaborado pelo Deputado Relator Alexandre Curi, sendo determinado a esta Secretária que imediatamente distribuisse cópia digital do Pré-relatório a todos os membros da Comissão, abrindo prazo de até o dia 04 de abril do corrente para apresentação de emendas ao texto, proposições estas que sofrerão análise e deliberação na mesma data, tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião da CPI para a data de 04 de abril do corrente ano, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da CPI, quando serão ouvidos os depoentes acima mencionados, e agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente determinou que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente

Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

22ª Reunião Ordinária

ATA - 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA
04 DE MARÇO DE 2005

Às dezessete horas do dia 04 do mês de abril do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, compareceram os Senhores Deputados Valdir Rossoni, (Presidente da CPI), Alexandre Curi, (Relator), Antônio Anibelli, Barbosa Neto, Plauto Miro Guimarães e Elton Welter. Sob a Presidência do Deputado Valdir Rossoni foram abertos os trabalhos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Na continuidade, o Senhor Presidente constatou a presença dos dois depoentes intimados pela CPI a comparecerem a reunião, senhores Ricardo Sudaiha e Maurício Barbosa Xavier, determinando que os depoentes aguardassem a chamada para depor em salas distintas e incomunicáveis. Na oportunidade o Senhor Presidente propôs aos Deputados membros da CPI, a modalidade de acareação das partes a ser seguida, chamando separadamente, primeiro o denunciante Senhor Ricardo Sudaiha e depois o Senhor Maurício Barbosa Xavier, questionando a ambos se confirmam as informações relatadas nos depoimentos anteriores e se têm algo a acrescentar àque-

les depoimentos, sendo que, permanecendo conflitos entre as informações, aí então deveria ser procedida a acareação conjunta de ambos, na forma do Código de Processo Penal Brasileiro, com vista à busca da verossimilhança das informações. O senhor Presidente explicou que esta atitude visa não constranger os depoentes, prevenindo-se para que não haja danos à imagem de ninguém, garantindo-se primeiro a constatação de conflitos e divergências entre as informações dos depoentes. Na sequência, colocou em discussão e votação a proposta, sendo aprovada, com o voto contrário do senhor Deputado Plauto Miro Guimarães. O Senhor Presidente determinou então que à assessoria da CPI conduzi-se a depor, o Senhor Ricardo Sudaiha, que respondeu os questionamentos dos senhores deputados. Em seguida, foi ouvido o depoente Maurício Barbosa Xavier que, da mesma forma, expôs suas considerações e respondeu às perguntas dos parlamentares. Na continuidade o Senhor Deputado Alexandre Curi requereu ao Presidente que fosse dispensada a acareação conjunta dos depoentes, pelo motivo de que todos os conflitos e divergências existentes foram dirimidos, não havendo mais dúvidas a ser questionada. O senhor Presidente colocou em votação a proposição do Relator, sendo aprovada, com o voto contrário do Senhor Deputado Plauto Miro Guimarães, sendo então dispensados os depoentes. Dando seguimento a reunião, o Senhor Presidente questionou aos membros da CPI se tinham emendas ao pré-relatório da CPI, anteriormente apresentado pelo relator Deputado Alexandre Curi. Não foram apresentadas emendas ao relatório. Na oportunidade, o Senhor Deputado Barbosa Neto, requereu que constasse desta Ata a ausência do Senhor Deputado Waldir Leite, requerimento este aprovado. Em seguida o Senhor Presidente, Deputado Valdir Rossoni, colocou em votação o relatório final da CPI, sendo aprovado com os votos favoráveis dos senhores Deputados: Elton Welter, Antonio Anibelli, Barbosa Neto e Alexandre Curi com o voto contrário do Deputado Plauto Miro Guimarães (4X1). Tudo ocorreu na forma das notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em sendo aprovado o relatório, o Senhor Presidente, Deputado Valdir Rossoni, determinou à Equipe Técnica da CPI que procedesse a publicação dos atos da CPI, o arquivamento de todos os documentos constantes do Arquivo Geral da CPI e elaborassem o Projeto de Resolução, encaminhando o relatório final, na forma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, além de todos os demais atos necessários para o devido encerramento dos trabalhos da CPI. Agradecendo a todos pelos trabalhos desenvolvidos, colocou que a CPI cumpriu com seu papel na forma da lei, e que foi um instrumento que durante sua vigência e investigação, conseguiu melhorar a performance portuária com suas propostas e resolver problemas na forma constante do relatório final e, para concluir, determinou que eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor Presidente e demais

membros da CPI presentes nesta reunião, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI - Presidente

DEPUTADO ALEXANDRE CURI - Relator

Membros:

DEPUTADO ELTON WELTER

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI

DEPUTADO BARBOSA NETO

Bel. Sônia Goreti de Oliveira Carvalho - Secretária

Conclusões

Para entendimento das conclusões deste imenso trabalho relatorial se faz mister a leitura de todos os tópicos retro expostos, colocados em tão somente 14 Itens, desmembrados em centenas de página em subitens, que estruturalmente organizados, possibilitarão uma visão da realidade e principalmente da existência de um profundo esforço de uma organização estatal inteira, para traçar o futuro do Paraná.

Ao começar a comentar os resultados deste estudo, que só não é mais aprofundado pela existência de prazo para a conclusão, pois caso contrário, sentimos que todos os Deputados envolvidos teriam e têm, a mais sincera vontade de, minuciosamente, poder melhor contribuir para ajudar a APPA, com críticas construtivas, com indicações de providências, com considerações pertinentes, revestidos e amparados pelo melhor dos princípios de moralidade para atingimento do bem comum, sem fronteiras, pois a matéria aqui examinada extrapola os muros de um Cais de porto, atinge mercados distantes, nações das mais diversas raças, evidenciado que o mundo de hoje esta intimamente aproximando cada vez mais uns aos outros.

Os acertos e erros não repercutem somente dentre os trabalhadores da APPA, atingem operadores marítimos, Industrias, Agricultores e suas Organizações corporativas, desde os mais humildes aos pensadores das Bolsas de Valores interligadas mundialmente.

Mas quando, na qualidade de relator deste informe, começo a expressar a amplitude do alcance destas conclusões, não só me permito fazer um parêntese, mas me obrigo a lembrar do ser humano, das pessoas, das crianças, das favelas com seus desabrigados, que esperam em suas orações que gestores públicos, iluminados pelas mais coloridas luzes divinas, possam melhorar as suas vidas, que é o bem mais relevante da existência de cada um. Penso também em meus eleitores, nos eleitores de meus pares parlamentares, na política paranaense e no que esperam de mim como representante de suas aspirações.

Mas como um Relatório que tem uma finalidade específica, um fato determinado a apurar pode atingir tais aspirações?

Apesar da estrutura colocada à disposição da CPI para bem cumprir com sua função, procuramos com os elementos que dispomos, fazer o melhor possível.

Cada tópico elencado neste Relatório foi pensado e repensado, elaborado para facilitar a consulta e os encaminhamentos dele advindos.

A Imprensa teve um papel fundamental na constituição da CPI. Foram notícias veiculadas pela Imprensa que motivaram aos Parlamentares a utilizarem-se do Poder Legislativo que detêm, em sua concepção especial investigativa, a promoverem esta averiguação da performance dos Portos de Paranaguá e Antonina.

É claro que sempre tem aquela jornalista, que no afã de bem cumprir com seu papel, as vezes deixa escapar suas tendências políticas, e não compreende que existem técnicos profissionais, que na execução dos seus trabalhos, não estão motivados a atender interesses de grupos, pensam na melhor técnica para solucionar problemas, a fim de atingirem seus objetivos.

Este Relatório está direcionado ao público alvo legislativo, os Deputados, respeitada a regra imposta pela Lei Constitucional e o Princípio da transparência dos atos públicos, por este deve ser publicado, na versão *intena corporis*. Mas a opinião pública precisa da satisfação dos resultados de seus representantes e neste tocante, a imprensa novamente exerce outro papel relevante, o de saber interpretar estas conclusões, pois motivou a geração da CPI, e agora deverá saber conduzir a opinião pública à realidade existente no Porto de Paranaguá.

Falar em má Gestão do Administrador da APPA, sem saber de seus trabalhos, de suas intenções futuras, dos por quês, em qual setor ouve má gestão, é leviandade. A APPA tem a dimensão que a maioria dos Municípios do Paraná e do Brasil não tem, todos os passos do administrador devem ser calcados com os ânimos voltados para a performance futura.

Ele recepciona uma instituição, que há décadas vem lutando para estruturar-se, neste entre meio a evolução, o crescente aumento da demanda interna e externa, a modernidade da operação portuária mundial que deve obrigatoriamente acompanhar, para não se tornar obsoleto e preterido, bem como a redução de custos presente em todos os seus atos, fatores este cotidianamente existentes.

Devemos entender a complexidade do que é gerenciar uma Instituição como APPA, na sua grandeza, na especificidade técnica operacional e administrativa, pois vejamos: lida com regras internas e periféricas, municipais, estaduais, federais e principalmente internacionais, nos mais diversos segmentos sócio-econômicos, sofrendo e absorvendo as oscilações de mercados distintos.

Mas é importante salientar a responsabilidade da atual administração para com seus próprios atos, pois eles devem toda a satisfação a este Poder Legislativo em primeiro plano, depois para a sociedade paranaense e brasileira, pois a ampla economia depende dos bons resultados de sua gestão. Salientando que mesmo sendo pessoa

indicada para assumir um cargo de livre nomeação e exoneração do Executivo, esta Assembléia de Deputados tem o poder de exonerá-lo, caso constate má gestão. Entenda-se que falhas neste posto, podem quebrar a economia do Paraná, colocando a APPA em um "*Black List*" internacional, prejudicando o tesouro do Estado e toda a cadeia de pessoas físicas e jurídicas vinculadas.

No tocante a este tema passamos então a comentar a primeira conclusão:

Conclusão 01: Da Qualidades da Gestão Pública

O Porto é um cartão de visitas do Estado do Paraná para o Brasil e o mundo, sendo que o gestor deste órgão deve deter, além de sabedoria, conhecimento específico da atividade, estando preparado técnica e emocionalmente para bem exercê-lo, visto a responsabilidade acima descrita. Além de bom administrador deve ser capaz resolver problemas tecnicamente, com eficiência e eficácia, além de prever o futuro planejando ações voltadas sempre ao desenvolvimento.

O Gestor deve ter mão de Ferro, ser firme em suas decisões, mas não pode perder a classe, a compostura, tendo equilíbrio em suas atitudes e em suas relações com toda a comunidade que o envolve.

Importante salientar que não estamos falando da pessoa do Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, irmão do Governador do Estado, e sim do Gestor Público indicado pra cumprir uma missão difícil e estratégica para os cofres públicos do Paraná.

Neste sentido denotamos problemas de relacionamento entre o Superintendente e diversas esferas da atividade portuária, dados estes coletados em depoimentos e manifestações na imprensa, como por exemplo:

Nos Relatórios da ANTAQ, ficou evidenciado que os fiscais daquela instituição não foram convenientemente recepcionados, quando estavam procedendo seus trabalhos (Item 10.20, deste Relatório);

A comunidade de Operadores também reporta problemas de relacionamento com o Gestor Público;

Os membros do CAP – Conselho da Autoridade Portuária reporta também problemas de relacionamento com a APPA;

Os seus comandados, integrantes do organismo APPA, também indicam problemas de relacionamento;

A Marinha do Brasil, em seus protestos reclamam da falta de respostas aos questionamentos;

A ANVISA reclama da falta de respostas aos questionamentos;

Etc...

Entendemos as dificuldades e complexidades que envolvem à tomada de decisões para dimensionamento das operações do Porto, mas não concordamos que os relacionamentos sejam colocados de lado, pois deve haver harmonia profissional, além da boa educação ser

apresentada como requisito fundamental ao Gestor Público.

Percebemos a ocorrência de tais problemas de relacionamento, mas também percebemos que com o passar do tempo está havendo sensível melhora nas relações, sendo que a atitude do Administrador Superintendente, a cada dia, está se adequando as necessidades de boa relação.

Lembramos que tais problemas de relacionamento também existiam quando da administração anterior. Mas devemos louvar a forma com que alguns atos da atual administração, conforme adiante descritos, estão sendo tomados, pois são inovadores e por assim serem causam conflitos e resistências em alguns entes que envolvem a atividade.

Foram detectados problemas de Relacionamento entre o Superintendente da APPA e entes ligados aos Portos.

Foi detectada também, sensível melhora nas relações externas e internas do Gestor, nos últimos tempos.

Conclusão 02: Da Paralisação dos Portos Ocorrida em 2004

A CPI, após investigação amplamente descrita no item 10.1, deste Relatório, julga que a paralisação ocorrida foi motivada por uma conjugação de fatores:

Fator Operacional: Ocorrência de grande volume Milho (Super Safra) armazenado em Paranaguá, em virtude da queda do preço do produto no Brasil e no exterior, situação que gerou dificuldades da liberação de espaços para movimentação da safra de soja e derivados que estava chegando.

Fator Operacional: Medidas tomadas pela APPA, de proibição dos empréstimos das cargas para antecipações de embarques, práticas que estavam sendo utilizadas, podendo ser consideradas como ilegal ou ainda, não regulamentadas. Mas no entendimento desta CPI é encarada como imoral, pois vem a beneficiar algumas empresas que operam no mercado "SPOT" em Paranaguá. Não é possível que uma empresa operadora (despachante de carga) venha emprestar a carga do exportador, que não tinha idéia que sua carga era novamente emprestada por alguns dólares a mais por tonelada, jogo comercial este que a Administração se contrapôs. A atitude da APPA, embora certa, colaborou para que alguns operadores se incorporassem na criação da paralisação.

Fator Operacional: O uso de caminhões como Armazéns pelos Operadores Exportadores, que por atuarem no mercado, eram sabedores que os armazéns se encontravam completos de Milho, e mesmo assim, atendendo aos seus interesses comerciais, promoveram o transporte da Safra de soja, utilizando-se dos caminhões como armazéns até que o Milho fosse escoado, sendo essa a principal causa constatada pela CPI da formação

de 130 quilômetros de filas, além do abarrotamento dos pátios de caminhões.

Fator Político: Os operadores insatisfeitos com a proibição de antecipação de embarque, dentre outros entes, incitaram a criação de um movimento para paralisar as atividades;

Fator Político: Constatado o conflito entre os operadores e a APPA, Sindicatos se aproveitaram do momento para levar a diante suas reivindicações:

- a) Sindicato dos Portuários, reivindicando melhores salários e condições de trabalho;
- b) Sindicato dos Estivadores promoveram greve;
- c) Sindicato dos Arrumadores, também iniciaram greve;
- d) Sindicato das Agências Marítimas do Estado do Paraná paralisaram suas operações, utilizando-se da causa operacional de lentidão dos embarques de soja em virtude do não escoamento da Super Safra de Milho, para fins políticos;
- e) Sindicato dos Caminhoneiros aproveitou-se da lentidão pra promover justos protestos e reivindicações a sua classe representada;
- f) Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná – SINDOP paralisa os trabalhos;

Fator Político: A Concessionária ALL – América Latina Logística, também aproveitou a crise operacional, para paralisar suas operações, dando caráter político contra a APPA, sendo mister salientar que até os dias de hoje, existem sérias demandas entre a APPA e a ALL, situação examinada no Item 10.10, deste Relatório;

Fator Político: A imprensa noticiou o episódio como sendo causado pela má Gestão do Superintendente, motivada pelos interesses dos Operadores Exportadores na época, não explicando à opinião pública a origem real dos fatos (Super Safra de Milho e queda de preços no mercado internacional). Observe-se o Item 5.5, deste Relatório, onde estão arquivados todas as notícias veiculadas pela imprensa referentes ao tema objeto desta CPI;

Fator Político: Aliado a todo o cenário de greves, foi colocado em questão pelos protestantes, o impasse da soja transgênica proibida, para forçar a liberação de seu embarque;

Fator Político: O Superintendente da APPA, ao adentrar e planificar sua administração iniciou um processo de moralização e levantamento das realidades da estrutura da APPA, promovendo exonerações de pessoas da cidade de Paranaguá e adjacências. Estas pessoas, que já há muito conviviam e conheciam o Complexo Portuário, aliaram-se à paralisação, instruindo-a com a intenção de afastar os novos Administradores Técnicos do Porto, que na maioria eram vistos como corpos estranhos em Paranaguá, cidade que sempre primou que os cargos da APPA fossem direcionados prioritariamente a parnanguaras. Este processo de moralização, que já vinha sendo executado na administração anterior buscando a inclusão de técnicos profissionais, objetivou rever e regulamentar a dinâmica dos relacionamentos operacionais entre a

APPA e os Operadores, mudanças abruptas fundamentadas na intenção de melhorias e inovação;

Fator Político: Inserido neste contexto também houve a paralisação dos serviços de transporte coletivo no Município de Paranaguá, que estrategicamente aderiu ao propósito da paralisação da APPA;

Fator Político: Com filas de caminhões, navios parados ao largo, Sindicatos em greve, Operadores protestando em busca de seus interesses, ex-servidores descontentes pelas exonerações, imprensa relatando os fatos unilateralmente, agregou-se ao caos instalado, uma greve do setor de comércio de Paranaguá, que via queda em suas vendas.

Esta paralisação foi um episódio exemplar para todos os envolvidos que não deve mais acontecer, pois vejamos: Quem perdeu com a paralisação?

Resposta afirmativa da CPI.

- O Brasil;
- O Paraná;
- Os Operadores Exportadores de Milho e Soja;
- O Importador que comprou o produto brasileiro;
- As Bolsa de Valores;
- Os índices de avaliação internacional do produto brasileiro;
- O índice de avaliação da performance portaria;
- Os Sindicatos através de seus representados;
- O comércio de Paranaguá e adjacências;
- A Comunidade de Paranaguá sem transporte coletivo;
- A APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que teve seu bom nome manchado nacionalmente.
- As crianças do Paraná, que no final da cadeira de prejudicados pela paralisação, inocentemente, assistiram o tesouro do Estado a não perder, mas deixar de ganhar com a Super Safra de Milho e Soja, e conseqüentemente mal tratarem seus futuros.

No que se refere a perdas, esta CPI observou que com a paralisação, a APPA deixou de auferir em média R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões e reais) por dia paralisado, deixando de embarcar cerca de 85 mil toneladas/dia.

Quanto aos danos causados à Economia Nacional pela atuação de todo os agentes que compuseram a paralisação acima descrita, já são públicos e notórios. Entretanto, cumpre a esta CPI referenciar as avaliações efetuadas pela FAEP – Federação da Agricultura do Paraná, ANEC – Associação dos Exportadores de Cereais e pela ABIOVE – Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais, consignando que a perdas estão na ordem de US\$ 1 bilhão (Um bilhão de dólares americanos), somente na safra 2004. Tais fatos foram amplamente noticiados pela imprensa e comunicados formalmente às autoridades federais, estaduais e a esta CPI.

Convém informar que em consequência da paralisação, a APPA correu grande risco de ver diminuído seu

prêmio na avaliação de performance dos portos internacionais, pois a soja brasileira tem como referencial as cotações e valores da Bolsa de Chicago, valor este que é acrescido de um ágio ou deságio, chamado prêmio positivo ou negativo. Este prêmio é uma variável que leva em conta a origem e o destino do produto exportado, a qualidade, a oportunidade de mercado, a demanda, o frete marítimo e principalmente a eficiência do Porto. Entenda-se como Porto, o Porto Organizado, que é todo o Complexo que envolve os entes de direção, conselho, atuação e fiscalização da atividade, além dos operadores privados, que motivaram a paralisação.

Para melhor exemplificar esta perda da APPA, em virtude de todo o cenário dolosamente formado, pedindo atenção para o fato de que os mesmos operadores que motivaram a paralisação em epígrafe, redirecionaram as cargas para outros Portos, em represália as medidas de proibição impostas pelo Paraná, contribuíram para redução de nosso prêmio.

Na época de março de 2004 (Paralisação), o Porto de Paranaguá atingiu o recorde negativo do prêmio, que comparado com março de 2003, produz o seguinte quadro:

Marco de 2003..... +0,02 dólares por Bushel

Marco de 2004..... - 1,40 dólares por Bushel
(1 Bushel equivale a 27,216 quilos)

O impasse do caso transgênico, que na atualidade já se comprova ser um passo acertado para o futuro, pois até a comunidade européia tende nesse sentido, assunto mais adiante concluído, também contribuiu para o declínio do prêmio na época da paralisação.

Outro fator que contribui para o prêmio negativo, foi a *demurrage*, que é o custo que os navios pagam por dia de espera para embarque do produto, situação que repercute no aumento do frete marítimo e no preço do produto para o importador. Este valor foi apurado pela CPI e constatado que era entre US\$ 20 mil a US\$ 30 mil dólares americanos por dia.

Relembrando, esta conta frete, em virtude da *demurrage* e da paralisação, é especialmente paga pelo produtor brasileiro, que viu a perda no valor de seu produto, pois com certeza o importador internacional, que dita o valor de mercado, raramente perde nestas questões.

Isto significa dizer que o maior prejudicado com a paralisação e conseqüentemente com o prêmio negativo retro demonstrado foi o produtor que perdeu cerca de R\$ 8,20 (oito reais e vinte centavos) por saca de 60 quilos a transportar pelo Porto de Paranaguá.

Quem ganhou com a paralisação foram os demais portos exportadores do Brasil, em detrimento da APPA, e para exemplificar, segundo a SECEX, o Porto de Santos cresceu naquela época, passando de 2.830 milhões de toneladas transportadas em 2003, para 3.578 milhões de

toneladas na safra 2004, crescendo 26,6%, sem comentar o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Rio Grande.

- Não foi constada pela CPI má fé ou mau gerenciamento da APPA, no que concerne à questão da paralisação ocorrida no início de 2004;

- A proibição de embarque de Soja transgênica colaborou para o prêmio negativo do Porto na época, mas entende-se como medida de proteção do mercado paranaense e brasileiro. Ocasionalmente perdas momentâneas, mas fatalmente serão reparadas com a reação do mercado internacional favorável a produtos não transgênicos, principalmente os mercados alvos das exportações através do Porto de Paranaguá, não podendo responsabilizar o Executivo pela edição da norma reguladora;

- Questões políticas locais e em especial alguns Operadores Exportadores foram os entes que arquitetaram todo o cenário que redundou na paralisação dos serviços portuários, por interesses comerciais privados, identificado neste ponto, o *start* inicial que provocou a paralisação e os prejuízos nos mais diversos segmentos da sociedade, no âmbito local, estadual, federal e internacional;

- Os operadores Exportadores que operam no mercado "SPOT" em Paranaguá, que emprestam a carga do exportador e novamente re-emprestam a outros, ou vendem sem possuírem a titularidade de proprietário do produto, buscando auferirem alguns dólares a mais por tonelada, atuavam como atravessadores produzindo um jogo comercial que a Administração da APPA, de forma justa se contrapôs, não podendo responsabilizar a paralisação pelo ato do Superintendente em proibir esta prática.

- Todos perderam neste mercado capitalista, o prejuízo foi geral, mas, ainda perduram indagações, que em virtude do exíguo prazo de conclusão dos trabalhos desta CPI, não puderam ser respondidas, sendo que entendemos necessário o envio de todo o material coletado por esta CPI ao Ministério Público do Estado do Paraná, para aprofundamento das investigações e conseqüente identificação e responsabilização dos Operadores que motivaram a paralisação.

Conclusão 03: Da Formação de Filas de Caminhões e Navios

A paralisação ocorrida no início de 2004 e suas causas foram os motivos da formação de filas de caminhões ao longo da BR-277 e de Navios na Bacia de Paranaguá que se encontravam em espera para embarque de milho e soja.

Em conclusão esta CPI constata, como explicitado nos Itens 10.1.1 e 10.1.2, deste Relatório, as seguintes causas para formação destas filas na época:

- Armazéns com capacidade de estoque completa impedindo o descarregamento dos Caminhões;

- Operadores Exportadores que utilizavam os caminhões como Armazéns pela inexistência de espaço nos estoques para dar retaguarda à Safra;

- Preços desfavoráveis para escoamento da Super Safra de Milho armazenada em Paranaguá, situação que impossibilitou a movimentação, armazenagem e transbordo da Safra de Soja que vinha a Paranaguá com preços favoráveis para a exportação;

- Câmbio desfavorável para o escoamento da Super Safra de Milho;

- Falta de infra-estrutura para recepção de caminhões, como pátios de triagem e de armazéns;

- A APPA, após o fato da paralização tomou medidas e elaborou projetos, retro expostos neste Relatório, que indicam a não formação de filas para as futuras Safras;

- Conforme análise dos Projetos em execução ou Planificados pela APPA, amplamente expostos no Item 08, deste Relatório, a CPI constatou que estão sendo tomadas providências no sentido de sanar falhas existentes na infra-estrutura portuária com vistas a melhor operacionalidade do Porto e conseqüente recepção das Safras.

A CPI é de entendimento que, após deliberação do Douto Plenário da Assembléia Legislativa, se aprove a Indicação Legislativa de autoria da CPI do Porto, determinando envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura e à CONAB, solicitando que se implemente urgentemente ações no sentido de promover a integração da unidade armazenadora da CONAB da cidade de Ponta Grossa, como terminal retro portuário da APPA, a fim de dirimir problemas de filas e obtenção de maior controle do fluxo da safra ao Porto.

A CPI tem posicionamento de que seja aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis indicação legislativa determinando o envio de expediente à Presidência da República e ao Congresso Nacional, solicitando medidas urgentes que impeçam os operadores exportadores de enviarem seus produtos da safra sem obedecerem a critérios controladores de fluxo impostos por normatização federal.

A CPI tem posicionamento de que seja aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis indicação legislativa determinando o envio de expediente à Presidência da República e ao Congresso Nacional, solicitando medidas urgentes que impeçam os operadores exportadores de enviarem seus produtos da safra sem obedecerem a critérios controladores de fluxo impostos por normatização federal.

Conclusão 04: Das Condições Sanitárias

A CPI realizou inúmeras diligências no sentido de verificar as questões sanitárias no Porto, como fora amplamente comprovada no Item 10.2, deste Relatório,

constatando na época, a existência de problemas de sujeira de toda a ordem e espécie, por falta de limpeza, como também de zoonose, com a proliferação de ratos e pombos além de outros insetos, por motivo de conflitos existentes entre a APPA e a Empresa prestadora de serviços de limpeza.

A CPI denotou a falta de banheiros na faixa portuária e as péssimas condições em que se encontravam os banheiros existentes, além da falta de cuidado na limpeza do Silo Público do Corredor de Exportação, devido o descaso com a manutenção de exaustores para a retirada do pó existente no interior do Silo e, em especial, nos corredores e em seus porões. Constatou-se pichações nas paredes do silo e, ainda pior, excrementos de pombos nas esteiras do Corredor de Exportação. É importante salientar que a soja não vinha recebendo na época, o tratamento devido, com óleo específico, para impedir a liberação de poeira e outros resíduos no ar.

Esta situação causou estarrecimento de todos os membros da CPI e foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação, na forma que comprovam as fotos das diligências realizadas pela CPI, constantes nos Itens 5.4 e 5.5, ambos deste Relatório.

Após a intervenção da CPI, que procedeu a devida reclamação junto a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, constatou-se a tomada de atitudes que sanaram estas questões sanitárias, situação esta também comprovada nos Relatórios da ANTAQ, constante do Item 10.20, deste Relatório e pela ANVISA, relatado no Item 10.3 infra- exposto, bem como em alertas do CAP - Conselho da Autoridade Portuária.

Conclusão 05: Da Licitação da Empresa Máxima

Conforme analisado no Item 10.04, esta CPI denotou que não houve irregularidade na Licitação havida entre a APPA e a Empresa Máxima Construtora e Asseio Ltda.

Conclusão 06: Da Denúncia de Envolvimento de Deputado com Empresas de Limpeza Atuando no Porto de Paranaguá

Conforme comprovado no exame do Item 10.5, deste Relatório, foram realizadas acusações sem fundamentos e inverídicas acerca de envolvimento do Deputado Waldir Leite, em contratos com a APPA.

Em sendo assim, esta CPI remete esta conclusão à Corregedoria da Assembléia Legislativa, a fim de que a mesma proceda às atitudes pertinentes na forma da Lei e do Regimento Interno.

Conclusão 07: Dos Protestos da Marinha

Nos termos reportados no Item 10.6, deste Relatório, esta CPI confirmou a existência dos problemas alegados pela Capitania dos Portos, mas confirmou assim como a Marinha do Brasil está denotando, atitudes da APPA no sentido do solucionamento das questões, em especial no que se refere a defensas, a derrocagem das Pedras da Palangana, manutenção das Bóias de sinalização e principalmente no que se refere a dragagem e batimetria do canal da galheta, bacia de evolução e berços de atracação, além de organização de pessoal para amarração tempestiva dos navios nos Cais.

A CPI constatou irregularidade pela existência de poitas de amarração de bóias de sinalização no percurso de Navios, que não só trazer perigos à navegação, como também impedem a perfeita dragagem do canal. Neste sentido entende necessária a aprovação de indicação Legislativa pelo Plenário, na forma regimental, determinando o envio de expediente a APPA, a fim de que sejam promovidas ações no sentido de remoção de tais poitas inservíveis.

Como proposição, esta CPI sugere a aprovação de Indicação Legislativa pelo Plenário da Assembleia, determinando a APPA a adoção de medidas que agilizem a efetivação do protocolado número 5.780.359-2, a fim de restabelecer urgentemente a atividade plena das Bóias de Sinalização, indicando também que a manutenção de tais bóias seja feita por pessoal especializado e que ofereça garantia de seus serviços.

Conclusão 08: Da Dragagem

Observadas todas as análises constantes do Item 10.8, deste Relatório, a CPI conclui o seguinte:

- A questão dragagem é um problema que perpetuamente deverá estar inserido dentro do contexto da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, pois segundo o relato dos técnicos, a natureza constantemente e cada vez com mais agressividade, promoverá o assoreamento das vias de acesso aos Portos, incluso os berços de atracação, não podendo ser vista como uma oportunidade de negócios, e sim como um problema sério a ser controlado.

- A CPI constatou nos relatos a possibilidade de existência de um cartel ou monopólio que atua nos portos brasileiros, amparados por lei federal, que

obriga que somente empresas nacionais atuem neste ramo, existindo tão somente duas empresas no território nacional que se alternam nas dragagens dos Portos do Brasil, num mercado que gira bilhões. Neste sentido a CPI entende necessária a aprovação pelo Plenário da Assembleia Legislativa, de indicação determinando envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Congresso Nacional, sugerindo a adoção de medidas no sentido de abrir o mercado de dragagens a empresas estrangeiras, pois a concorrência gerada possibilitará menores preços dos serviços, sendo mister informar que as dragas chinesas operam com custo ao contratante de 1/3 do valor cobrado por estas duas empresas nacionais.

- Constatado pela CPI a elevada gama de recursos que são carregados para dragagem, entendemos que já se justifica o compra de draga para ser operada pela própria APPA, pois observando os valores dos contratos e repactuações existentes, fica denotada a reiteração concomitante dos escopos. Neste sentido esta CPI entende necessária a aprovação pelo Plenário da Assembleia Legislativa de indicação, na forma regimental, no sentido de determinar a APPA a realização de estudos de viabilidade para a compra de draga própria, compatível com as necessidades. Visto que nos depoimentos, o empresário proprietário da draga em operação informou que uma draga como a que está sendo utilizada tem valor próximo de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo que só a repactuação do atual contrato de dragagem monta o valor de mais de R\$ 15.000.000,00, que somando aos valores gastos no contrato original, sem repactuação, já demonstram a possibilidade da compra de algumas dragas.

- No que se refere a possível intermediação da Empresa CG Construtora Ltda, de propriedade do Sr. Maurício Barbosa Xavier, que segundo denuncia procurou restabelecer, através de intermediação e tráfico de influência, o contrato suspenso e em discussão Judicial, havido entre a APPA e a Empresa Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda, analisado no Item 10.8, deste Relatório, nada foi encontrado que prove substancialmente a existência de tráfico de influência realmente, tão somente uma lide restrita entre estas empresas.

- Foi constatado que após a efetiva atuação desta CPI, formulando reclamações à Superintendência da APPA, foi promovido acordo entre as partes, sendo restabelecido os serviços de dragagem, nos berços e canais pertinentes, sendo que esta questão também foi dada como em execução pela ANTAQ e Marinha do Brasil.

HISTÓRICO DO CONTRATO DE DRAGAGEM - Governo anterior						
DATA	OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	VALOR	FORMA DE PAGAMENTO	SALDO US	%
03.07.2000	Dragagem de manutenção dos canais de acesso dos Portos de Paranaguá e Antonina	60 meses	28.791.578,88 reais 15.924.545,01 dólares	60 parcelas de US\$ 265.409,08 1,66% ao mês	US\$ 15.924.545,00	100%
Dois meses depois, quando deveriam ter pago duas parcelas no total de US\$ 530.818,16 APPA e Bandeirantes resolvem adiantar						
11.09.2000	Primeiro Termo Aditivo - Repactuação de pagamentos	setembro, outubro, novembro e dezembro de 2000		24% do valor contratado US\$ 6.909.978,93		100%
	Atrasados-no valor de 24% do valor total do contrato a ser pago nos meses de 09, 10, 11 e 12 de 2000 - 6%			em 04 parcelas equivalentes a 6% cada 4 X US\$ 1.727.494,73	US\$ 9.014.566,07	76%
	Mais adintamento - de 15,6% do valor total do contrato a ser pago nos meses de 01, 02, 03, 04 e 05 de 2001	janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2001		15,6% do valor total do contrato: US\$ 4.491.486,30 em 05 parcelas equivalentes a 3,12% cada 5 X 898.297,26	US\$ 4.523.079,77	60,40%
	A partir de junho de 2001 o saldo contratado deverá ser liquidado na forma contante no contrato original, ou seja 1,6% ao mês observado o valor remanescente igual a US\$ 2.286.999,16	de junho de 2001 a julho de 2005			US\$ 2.286.999,16	
mar/2001	Intenso movimento de navios - interdição do local de despejo - paralização da dragagem					
26.07.2001	Segundo Termo Aditivo - repactuação dos pagamentos mensais estabelecendo novo cronograma - FEV/2001 até AGO/2005 - prevendo 55 parcelas para pagamento do saldo remanescente com 20% de cada parcela retirada como garantia de serviço	De fevereiro de 2001 a agosto de 2005				

ADMISTRAÇÃO ROBERTO REQUIÃO				
DATA	OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	SALDO	PAGAMENTO
03.04.2003	Mudança de critério de reajuste de dólares americanos para reajuste anual do Índice de dragagem da Fundação Getúlio Vargas - reajuste nos meses de Dez/2003 e Dez/2004	De dezembro de 2002 até agosto de 2005	R\$ 19.670.904,64 US\$	32 X R\$ 614.715,77
03.06.2004	ACORDO JUDICIAL PARA PAGAMENTOS ATRASADOS U\$ 2.286.999,16		R\$ 6.217.663,95	À VISTA
	INCLUSÃO DE SERVIÇOS SUPLEMENTARES NO ESCOPO	Junho, julho, agosto, setembro e outubro	R\$ 5.038.251,10	5 parcelas reajustadas pelo IGPM

O Quadro acima tenta fazer um histórico de todos fatos e atos ocorridos durante a vigência do contrato de dragagem, sendo que as parcelas do contrato estão sendo e continuarão a ser reajustadas pelo IGPM.

A CPI constatou que a origem do contrato de dragagem também foi calcada na emergência, pois a administração anterior encontrava-se diante de assoreamento crítico, mas salientamos que no entendimento desta Comissão o Contrato original foi mau executado, tanto pela Administração quanto pela Empresa contratada, pois esta não vinha cumprindo os serviços contratados. Feita a primeira repactuação, a CPI denota a antecipação de recursos à Empresa, fora dos termos do contrato inicial, situação que gerou toda uma cadeia de maus acordos e repactuações.

A APPA está presa em virtude de contratos que não tiveram perfeita definição de seus escopos, de mãos atadas, refém de um monopólio ou cartel, obrigada a manter-se vinculada a esta Empresa de dragagem.

No entendimento da CPI a APPA deve envidar ações no sentido de cumprir o que foi acordado e livrar-se de contratos desse tipo, comprando sua própria draga, pois entendemos que juridicamente, sob os olhos do direito positivo, a APPA embora contratante, encontra-se como se fosse pólo passivo, aceitando imposições de forma submissa, até a realização do contrato, visto os erros e falhas na contratualização. Uma prova disso é a constatação de que o valor inicial do contrato com execução prevista para 60 meses a partir de 03/07/2000, era de R\$ 28.791.578,88, observando-se a sinopse abaixo, denota-se que já foram pagos aproximadamente R\$ 54.000.000,00 e ainda faltam parcelas até JUL/2005: (Números estes aproximados e sem equalização de câmbio no período)

Administração Anterior

Valor do Contrato.....U\$ 15.924.545,00
1ª e 2ª repactuação - Pago. Ant.U\$ 13.537.645,84
Saldo a pagar.....U\$ 2.286.999,16

Administração Atual

Confessa uma dívida ainda existente de..R\$ 19.670.904,64
Acordo Judicial paga.....A vistaR\$ 6.217.663,95
Contrata serviços suplementares já pagosR\$ 5.038.251,10
Permanece saldo a pagar até jul/2005....R\$ 8.414.989,59

Conclusão 09: Da Segurança Portuária

Feita análise minuciosa do Item 10.9, deste Relatório, a CPI constata que está planejada ampla modificação em todo o Sistema de Segurança da APPA, em vias de implantação, aguardando licitação, iniciativa que em nome da sociedade paranaense temos que louvar.

No que concerne a este tópico a CPI tem as seguintes considerações conclusivas a fazer:

- Conforme descrito no 10.9, deste Relatório, está planejado que a Comunicação continue a ser feita através de Rádios Comunicadores pela Guarda Portuária, com a Implantação também de Avisos Sonoros, sendo que a CPI indica a APPA, o uso de comunicação através de telefonia celular por IP (Internet Protocol) sistema de telefonia de baixo custo e mais segura, pois impede o monitoramento das conversações por organismos exter-

nos, haja vista o acesso popularizado aos rádios comunicadores de amplo espectro e faixas de atuação.

- Esta CPI expressa o entendimento de que a Guarda Portuária deve ser um organismo independente, subordinado diretamente ao Superintendente, pois hoje é tratada com o status de gerência ou divisão, quando deveria ser elevada ao grau de Departamento de Segurança Portuária, visto a importância da manutenção profissional de todo o Sistema de Segurança apregoado pelo ISPS-CODE, sendo também justificado o aumento do seu contingente, visto o elevado gasto com horas extras constatado.

- A CPI é de entendimento de que seja aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa, uma indicação, na forma regimental, determinando a APPA, maior agilização na complementação do Plano de Segurança em processo, ISPS-CODE, pois encontra-se fora do prazo imposto pelo acordo internacional.

Conclusão 10: Do Desaparecimento de 1610 Toneladas de Soja do Silo Público

Procedida a análise dos depoimentos colhidos, dos documentos recebidos e demais informações angariadas, inclusive através de reunião secreta entre os membros da CPI e o Sr. Dr. José Roberto Jordão, ex Delegado de Polícia Civil da Delegacia da Comarca de Paranaguá, que presidiu o respectivo Inquérito Policial concernente a falta de 1610 toneladas de Soja do Silo Público, constante do Item 10.11, deste relatório, cumpre a este Comissão Parlamentar concluir:

1) Ficou evidente a existência de diversos crimes em toda a operação de empréstimo e liberação da Soja em questão para embarque em navio:

a) Falta regulamentação a operação de empréstimo de cargas depositadas no Silo Público, permitindo que uma operadora mal intencionada, se aproveitasse da fragilidade normativa, para aplicar um golpe que resultou no roubo de 1.610 toneladas de Soja, vício este constatadamente existente desde a fundação do Silo e instituição do Corredor de Exportação, prática esta realizada igualmente por muitos anos, visto que os gestores do Corredor de Exportação anualmente reúnem-se para reeditar o regulamento dessas operações, oportunidades em que estes entes não só poderiam, mas deveriam prever ações que impedissem a possibilidade do cometimento do crime;

b) Em sendo a APPA fiel depositária da Soja, e responsável pelo controle de seus estoques, bem como a distribuição dentre os componentes de seu próprio "POOL", fica constatada também, a participação de agente ativo, servidores da autarquia Portuária, já demitidos, como co-participantes do esquema de retirada e embarque da Soja, bem como na liberação da garantia retida (2500 toneladas

de Farelo), liberação esta determinada pelos Srs. Oniland Marés da Costa e Valdir Neves.

c) Habilitação indevida por parte da APPA da Operadora UNINAVE Marítima e Comercial Ltda, para atuar junto ao Porto de Paranaguá, pois a Empresa não tinha capital social suficiente para garantir suas operações.

2) Neste sentido esta CPI indica que seja enviado ao Ministério Público do Estado do Paraná, cópia do presente relatório para que, aquele respeitável órgão, promova a responsabilização junto ao Poder Judiciário pelo fato do estelionato havido através da operação irregular retro constatada, das seguintes pessoas:

Sr. Valdir Neves, ex chefe da Divisão de Operação da APPA.

Sr. Paulo Paiva, gerenciador da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda, citado como sendo sócio de fato e não legal da Empresa UNINAVE e pessoa que promoveu toda a transação da operação.

Sr. Noli Osvaldo Rocha Cordeiro, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sra. Margarete Possas Neves sócia da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sr. Luiz Arnaldo Escomassão, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sr. Luciano José de Olibeira, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sra. Neusa Maria Rodrigues, sócia da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Conclusão 11: Das Conformidades Ambientais

Após ampla análise dos resultados expostos no Item 10.12, deste Relatório, esta CPI é de entendimento de que seja aprovada pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, indicação determinando o envio de ofício ao IBAMA, solicitando agilização na análise dos protocolados nº 02017.003896/04-12 e nº 02017.003897/04-77, aprovando a Licença de Operação dos Portos Paranaenses, deixando assim, de se constituir entrave burocrático para o completo licenciamento operacional da APPA.

Conclusão 12: Das Áreas Cedidas pela APPA

Após análise dos fundamentos constantes do Item 10.13, retro exposto neste relatório, passamos a demonstrar a conclusão:

Foi constatado que o objetivo da APPA, em promover a cessão das áreas de sua responsabilidade e outras analisadas, é dimensionar ao máximo a potencialidade das atividades dos Portos, almejando melhores resultados em prol dos cofres paranaenses, sendo esta

a, real intenção do Gestor da APPA. Mister esta CPI salientar, que o Plano de investimentos, sem dúvidas, é o maior em execução em todo o território nacional, pois a atual administração está investindo maciçamente no futuro, que todos, esta CPI, o Colegiado Parlamentar desta Assembléia, o Poder Executivo, o Judiciário, e em especial a economia brasileira, esperam que uma gestão pública seja voltada dinamicamente ao progresso.

Logicamente que a CPI identificou a existência de conflitos entre a APPA, a RFFSA e a Empresa ALL- América Latina Logística do Brasil S/A, referente a intenção de utilização de áreas comuns para extensão da operacionalidade portuária, e no tocante a estas questões, a CPI agrega-se ao entendimento do Governo do Estado, que editou declaração de utilidade pública de tais área para desapropriação, com vistas a otimização do Plano de Ampliação das Atividades do Porto.

Conclusão 13: Da Informática

Depois de analisadas todas as considerações contidas no Item 10.14, deste Relatório, esta CPI propõe que seja aprovado por esta Casa de Leis emenda ao Orçamento do Estado contemplando recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) destinados ao custeio da modernização do parque de informática dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Conclusão 14: Das Balanças

A CPI constatou, que após suas reiteradas reclamações, foi prevista a aferição de todas as Balanças do Complexo dos Portos de Paranaguá e Antonina, pois foi programada no Plano de Manutenção do Complexo Público do Corredor de Exportação, na forma retratada por este Relatório no item 10.15.

Conclusão 15: Da Soja Transgênica

Reforçando todas as alegações examinadas no Item 10.16, deste Relatório, esta CPI indica a aprovação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, de uma indicação legislativa determinando o envio de expediente à Presidência da República, ao Congresso Nacional, ao Governo do Estado do Paraná e ao Supremo Tribunal Federal, nos sentido de solicitar urgência em seus pronunciamentos quanto à liberação ou não do transporte de transgênicos pelos Portos Paranaenses, pois este hiato provocará no futuro próximo, danos irreversíveis a todo o

mercado brasileiro, e em especial ao APPA ao tesouro de nosso Estado.

O mérito da questão deve suplantiar os interesses particulares de uma Empresa Internacional, que objetiva controlar os agricultores e o mercado brasileiro. Neste entre meio encontra-se o Paraná com sua bandeira pioneira, em defesa dos princípios mais nobres da Federação, da vida, da saúde e do bem estar de todos os brasileiros.

Conclusão 16: Das Reclamações da Receita Federal

Referente às necessidades de instalações adequadas para o desenvolvimento, a contendo, das atividades da Receita Federal, e demais reclamações constantes do Item 10.17, deste Relatório, a CPI pode constatar que, após reiteradas solicitações desta Comissão Parlamentar junto a APPA, a questão foi encaminhada pertinentemente, com vistas ao solucionamento dos problemas. Na atualidade, está sendo restabelecida uma perfeita harmonia operacional entre a Administração e a Receita, frente às ações que terão resultados logo a diante, contemplando integralmente as aspirações da Receita Federal e as obrigações da APPA, em benefício dos usuários do Porto.

Conclusão 17: Das Ações Trabalhistas e Reestruturação do Quadro de Pessoal

Diante de todas as assertivas e conclusões expostas na análise realizada no Item 10.18, deste Relatório, esta CPI denota ineficiência da área jurídica da APPA e falta de controle das ações judiciais, órgão que precisa ser reestruturado integralmente com profissionais competentes para bem assessorar juridicamente os atos da Administração, bem como se organizar para bem proceder à representação judicial da instituição, pois caso contrário, é de entendimento desta CPI, que a Procuradoria Geral do Estado assumira tal função, visto a ineficiência ditada pelos números, estatísticas e resultados das demandas judiciais analisadas.

No que concerne ao Quadro de Pessoal da APPA, constatamos que atualmente encontra-se, não só mal estruturado carecendo de pessoal qualificado, como inexistindo um eficiente plano de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos.

Em conclusão, esta CPI entende que deve ser aprovada pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, indicação legislativa, na forma regimental, de autoria da CPI, determinando o envio de expediente para:

1) A APPA, solicitando a urgente implantação do

Plano de Reestruturação Geral do Quadro de Pessoal daquela instituição, pela necessidade de modernização e agilização das operacionalidades previstas em todas as ações, Planos e Projetos descritos neste Relatório, pois a exequibilidade de toda esta planificação está intrinsecamente ligada ao aperfeiçoamento e qualificações específicas em cada área do quadro de pessoal, para que cessem as demandas judiciais trabalhistas.

2) A APPA, determinando a elaboração de minucioso estudo sobre a estimativa do valor das causas trabalhistas e a expectativa de perda das lides, a fim de consubstanciar a planificação futura de seus orçamentos.

3) A procuradoria Geral do Estado do Paraná, determinando que se realize um minucioso levantamento e avaliação da atuação dos procuradores jurídicos da APPA, e seus prepostos, no sentido de averiguar a performance de tais profissionais nos respectivos processos, procurando identificar a ocorrência de desvios na atividade.

Conclusão 18: Das Licitações

Conforme demonstrado no Item 10.19 deste Relatório, todos os processos estão recebendo exames regulamentares, seguido os procedimentos normais, estando aguardando o pronunciamento finalístico do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, que até a conclusão deste Relatório, nada encontrou que possa constatar conclusivamente como irregularidades.

A CPI denota excessivo número de Licitação calçadas em emergência, mas denota também que a maioria dos objetos de tais licitações refere-se a temas que necessitam de urgente solução, como reparação de equipamentos, pavimentações amplamente analisadas em diversos Itens deste relatório, compra de cimentos etc..., situações estas que demonstram atividade positiva, da Administração, indicando busca diretamente ligada a melhorias na operação portuária.

Convém salientar que a APPA possui certidão negativa do Tribunal de Contas, órgão externo auxiliar deste Poder.

Conclusão 19: Das Fiscalizações da ANTAQ

O Item 10.20, retro exposto, apresentou completamente todos os cinco relatórios da ANTAQ, sendo que estes documentos traduzem *per si* as devidas conclusões. Esta CPI agrega-se integralmente aos questionamentos feitos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, atentando aos pontos indicados que necessitavam de urgente resposta da APPA, tais como:

Questão da Soja Transgênica,

Já devidamente concluído no Item 10.16, deste Relatório;

Apresentação do Plano de Arrendamento de Áreas;

Questão respondida pela APPA e amplamente demonstrada no Item 10.13.

Apresentação de Plano de Reestruturação Administrativa;

Tema abordado no Item 10.18, constatada a elaboração de Estudo;

Licença Prévia de Operação (Questão Ambiental)

Tema abordado no Item 10.12, deste Relatório, dependendo do IBAMA;

Apresentação de Plano de Manutenção de Bens;

Plano este especificado no Item 08.14, deste Relatório;

Portanto dos 34 pontos questionados inicialmente pela ANTAQ, somente 04 estavam ainda pendentes, constatado pela CPI e pela ANTAQ, que ações estão sendo tomadas no sentido solucionamento e em vias de concretização. A questão do Transgênico encontra-se em discussão no STF; o Plano de Arrendamento já elaborado e apresentado a ANTAQ; o Plano de Reestruturação dos Quadros de Pessoal em fase de conclusão dos estudos; a Licença de Operação já solicitada ao IBAMA carecendo de manifestação daquele órgão; e, por fim, o Plano de Manutenção já elaborado e em execução, além de entregue a ANTAQ.

Para concluir, após as reclamações da ANTAQ, conforme constatado em seus Relatórios (Item 10.20) e das diligências procedidas por esta CPI, a APPA tomou medidas com vistas ao equacionamento de tais problemas.

Conclusão 20: Da Explosão do Navio "Vicuña"

A explosão do navio "Vicuña", se inseriu nas observações desta CPI, por ter ocorrido durante a vigência da CPI, sendo que foi constituída pela Presidência da Assembléia Legislativa uma Comissão Especial da para melhor investigar os fatos e responsabilidades sobre a explosão naquele terminal privado, da Empresa Catallini.

Mesmo fora do fato determinado a apurar por esta CPI, foi dedicado o Item 10.21, retro exposto, com dados poderão consubstanciar os trabalhos da Comissão Especial.

Ainda no que se refere a este tema da explosão, esta CPI tem somente uma questão a levantar, argüida em depoimento pelo Sr. Renato Catallini, Diretor Superintendente da Empresa Catallini, na

reunião Ordinária do dia 29 de novembro de 2.004, quando informou que não existe nenhuma norma no Porto que determine que os navios só podem abastecer depois carregados. (Notas Taquigráficas - pg. - 12 - 17h55')

Conclusão 21: Dos Resultados da APPA

Cargas

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS 1999 - 2004 - ACUMULADO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO Paranaguá e Antonina (em toneladas) – Nov/2004							
MERCADORIAS	SENTIDO	1999 (ANO)	2000 (ANO)	2001 (ANO)	2202 (ANO)	2003 (ANO)	ATÉ ESTA DATA/2004
SOMA	EXP	14.986.356	14.719.879	22.285.263	21.917.740	24.419.126	22.394.612
SOMA	IMP	4.338.453	6.636.433	6.602.378	6.600.809	9.137.301	8.510.980
TOTAL GERAL		19.324.809	21.356.312.	28.887.641	28.518.549	33.556.427	30.905.592

Veículos

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS 1.999 - 2.004 - ACUMULADO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO Paranaguá e Antonina (em toneladas) – Nov/2004								
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	ATÉ NOV/ 2004	ATÉ NOV/2003	VAR % 2004/2003
SOMA	39.083	79.030	85.003	61.668	49.529	50.148	47.352	5,90

Contêineres

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS 1.999 - 2.004 - ACUMULADO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO Paranaguá e Antonina (em toneladas) – Nov/2004								
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	ATÉ NOV/2004	ATÉ NOV/2003	VAR % 2004/2003
SOMA	198.929	252.679	281.991	270.865	309.924	345.123	282.630	22,11

Navios

MOVIMENTAÇÃO ACUMULADA DOS NAVIOS Paranaguá e Antonina - Jan/2000 à Nov/2004.					
ANO	2000	2001	2002	2003	ATÉ NOV/2004
QUANTIDADE	1.737	1.945	2.050	2.265	2.041

Do Superavit

A APPA encerrou o Exercício 2004 com um superávit gerencial de R\$ 49.085.712,00 e contábil de

R\$ 45.795.934,00 (antes dos ajustes contábeis pela SEFA), o que representa uma redução de 42,3% em relação a 2003, conforme tabela abaixo:

SUPERÁVIT	2003		2004	
	Gerencial	Contábil	Gerencial	Contábil
	83.400.000,	80.122.671,	49.085.712,	45.795.934,

Esta redução de resulta em R\$ 34.326.737,00 em 2004, deveu-se a evolução das despesas comentadas anteriormente e a retomada dos investimentos em obras de infra-estrutura, manutenção e dragagem dos canais de acesso aos portos do Paraná.

Convém a CPI ressaltar que, mesmo com estes gastos aumentados, a liquidez financeira da APPA aumentou em 2004 em relação a 2003, pois o Exercício encerrou com recursos financeiros em caixa no montante de R\$ 188.537.223,89 o que representa uma evolução de 34,8%, apesar dos aumentos dos gastos e investimentos, o que atesta a bom superávit nos recursos financeiros da APPA.

Esta relatoria informa que estes recursos próprios, supra mencionados, é que estão permitindo à atual Administração, licitar mais de R\$ 93.438.718,67 em obras e serviços, apenas no início de 2005, na implantação dos projetos de desenvolvimento descrito nos itens anteriores deste relatório.

Portanto em conclusão, no que se refere à performance econômico-financeira da APPA, esta CPI comprova que foram mantidos os crescentes superávits dos anos anteriores, os quais estão dando sustentação, não só aos projetos em execução de autoria da atual administração, como também estão dando continuidade às ações programadas na administração anterior.

Esta CPI através do exame dos dados acima demonstrados e de informações da própria APPA, constantes do Item 10.22, conclui sobre a expectativa de movimentação futura de cargas:

A EXPECTATIVA DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ATRAVÉS DA APPA É DE:

+ DE 5 MILHÕES TONELADAS DE SOJA

+ DE 2 MILHÕES TONELADAS DE CARGA GERAL

Apesar de todos os problemas investigados e analisados neste Relatório, esta CPI conclui que a APPA está tendo performance positiva, salientando que com a implementação de todos os projetos que compõem o Plano de Melhorias previstos e em execução, amplamente expostos neste trabalho, aliada a expectativa de movimentação para 2005 descritas no quadro anterior, já dão prenúncios de crescimento, para bem da economia do Paraná e do Brasil.

Encaminhamentos da CPI

Como efeito das conclusões deste relatório, esta CPI indica à Presidência da Assembleia Legislativa que, na forma regimental, se procedam aos seguintes encaminhamentos:

- A CPI, acatando proposta do Presidente, Deputado Valdir Rossoni, indica a Presidência da Assembleia Legislativa a iniciativa de Proposição Legislativa deter-

minando que as próximas indicações feitas pelos futuros Governadores do Paraná, de pessoas para assumirem o Posto de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, deva colher desta Assembleia Legislativa o devido *referendum*, em processo de *Sabatinção*, a fim de analisar a pessoa, o técnico, a probidade e demais requisitos necessários ao Gestor Público indicado, compondo para este fim Comissão Especial na forma Regimental, que certamente deverá ouvir toda a Comunidade Representada legalmente que compõem o Complexo Portuário;

- Apresentação de Indicação Legislativa de autoria da CPI do Porto, para que seja aprovado pelo Plenário desta Casa, determinando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura e a CONAB, solicitando que se implemente urgentemente ações no sentido de promover a integração da unidade armazenadora da CONAB da cidade de Ponta Grossa, como terminal retro portuário da APPA, a fim de dirimir problemas de filas e obtenção de maior controle do fluxo da safra ao Porto, na forma descrita nos itens 10.1 e 10.2, deste Relatório;

- Apresentação de Indicação Legislativa de autoria da CPI do Porto, para que seja aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis, determinando o envio de expediente à Presidência da República e ao Congresso Nacional, solicitando medidas urgentes que impeçam os operadores exportadores de enviarem seus produtos da safra sem obedecerem a critérios controladores de fluxo impostos por normatização federal, na forma descrita nos Itens 10.1 e 10.2, deste Relatório;

- A CPI indica à Presidência da ALEP a constituição da Comissão Permanente de Fiscalização dos Portos de Paranaguá e Antonina nesta Casa Leis, pois um órgão estatal que é responsável por 90% da receita do Estado, merece maior atenção deste Poder, pois todo o complexo portuário é várias vezes maior que muitas Secretarias de Estado, que respectivamente possuem fiscalização profícua de Comissão Permanente nesta Casa, sendo questionado os motivos pelos quais uma instituição que representa internacionalmente o Paraná como APPA, ainda não foi incluída nos objetos dos trabalhos legislativos cotidianos. Esta Comissão deverá ter a missão de acompanhar as atividades da APPA, observando: a limpeza, a operacionalidade de todo o complexo do Porto Organizado, examinado também: a despesa; a receita; a demanda; os resultados financeiros e demais resultados da APPA, emitindo relatórios semestrais para conhecimento do douto Plenário desta Casa e de toda a sociedade paranaense.

- Conforme comprovado no exame do Item 10.5, e no Item 11, através da Conclusão 06, deste Relatório, foram realizadas acusações sem fundamentos e inverídicas acerca de envolvimento do Deputado Waldir Leite, em contratos com a APPA sendo que solicitamos à Presidência desta Assembleia Legislativa que determine a remessa das peças documentais deste relatório, referentes ao tema, à Corregedoria da Casa, a fim de que a mesma

proceda às atitudes pertinentes na forma da Lei e do Regimento Interno.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de expediente a APPA solicitando a adoção de medidas que agilizem a efetivação do protocolado número 5.780.395-2, a fim de restabelecer urgentemente a atividade plena das Bóias de Sinalização, na forma explicativa no Item 10.06, deste relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de expediente a APPA, solicitando urgência na adoção de medidas para a derrocagem da Pedra da Palangana, problema que gera protestos dos Comandantes dos Navios, forma do Item 10.7, deste Relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica e ao Congresso Nacional, sugerindo a adoção de medidas no sentido de abrir o mercado de dragagens a empresas estrangeiras, pois a concorrência gerada possibilitará menores preços dos serviços, sendo mister informar que as dragas chinesas operam com custo ao contratante de 1/3 do valor cobrado por estas duas empresas nacionais, na forma explicitada no Item 10.8, deste Relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, na forma regimental, no sentido de determinar a APPA a realização de estudos de viabilidade para a compra de draga própria, compatível com as necessidades, na forma descrita no Item 10.08, deste Relatório;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, solicitando ações no sentido da retirada das poitas de Bóias perdidas no canal da Galheta, que geram perigos a navegação e dificuldades para dragagem daquelas vias náuticas;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, indicando o uso de comunicação através de telefonia celular por I.P.(*Internet Protocol*) sistema de telefonia de baixo custo e mais segura, pois impede o monitoramento das conversações por organismos externos, haja vista o acesso popularizado aos rádios comunicadores de amplo espectro e faixas de atuação, conforme descrito no 10.9, deste Relatório;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, expressando o entendimento de que a Guarda Portuária deve ser um organismo independente, subordinado

diretamente ao Superintendente, pois hoje é tratada com o status de gerência ou divisão, quando deveria ser elevada ao grau de Departamento de Segurança Portuária, visto a importância da manutenção profissional de todo o Sistema de Segurança apregoado pelo ISPS-CODE, sendo também justificado o aumento do seu contingente, visto os elevados gastos com horas extras constatados, conforme o descrito no 10.9, deste Relatório;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, solicitando maior agilização na complementação do Plano de Segurança em processo, ISPS-CODE, pois se encontra fora do prazo imposto pelo acordo internacional, conforme descrito no 10.9, deste Relatório;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, que determine o envio ao Ministério Público do Estado do Paraná, de cópia do presente relatório para que, aquele respeitável órgão, promova a responsabilização junto ao Poder Judiciário, pelo fato do estelionato havido através da operação irregular do desaparecimento de 1610 toneladas de soja do Silo Público da APPA, das seguintes pessoas:

Sr. Valdir Neves, ex-chefe da Divisão de Operação da APPA.

Sr. Paulo Paiva, gerenciador da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda, citado como sendo sócio de fato e não legal da Empresa UNINAVE e pessoa que promoveu toda a transação da operação.

Sr. Noli Osvaldo Rocha Cordeiro, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sra. Margarete Possas Neves sócia da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sr. Luiz Arnaldo Escomassão, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sr. Luciano José de Oliveira, sócio da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

Sra. Neusa Maria Rodrigues, sócia da Empresa UNINAVE Marítima e Comercial Ltda;

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício ao IBAMA, solicitando agilização na análise dos protocolos nº 02017.003896/04-12 e nº 02017.003897/04-77, referentes à Licença de Operação dos Portos Paranaenses, deixando assim, de se constituir entrave burocrático para o completo licenciamento operacional da APPA, na forma constante do Item 10.12, deste Relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de emenda ao Orçamento do Estado contemplando recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) a serem destinados ao custeio da modernização do parque de informática dos Portos de Paranaguá e Antonina, na forma descrita no 10.14, deste Relatório;

A CPI requer à Presidência da Assembléia Legislativa a apresentação de uma indicação legislativa, para aprovação do duto Plenário desta Casa, determinando o envio de expediente à Presidência da República, ao Con-

gresso Nacional, ao Governo do Estado do Paraná e ao Supremo Tribunal Federal, nos sentido de solicitar urgência em seus pronunciamentos quanto a liberação ou não de transgênicos, pois este hiato provocará no futuro próximo, danos irreversíveis a todo o mercado brasileiro, e em especial ao APPA ao tesouro de nosso Estado.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, solicitando a urgente implantação do Plano de Reestruturação Geral do Quadro de Pessoal daquela instituição, pela necessidade de modernização e agilização das operacionalidades previstas em todas as ações, Planos e Projetos descritos neste Relatório, pois a exequibilidade de toda esta planificação está intrinsecamente ligada ao aperfeiçoamento e qualificações específicas em cada área do quadro de pessoal, para que cessem as demandas judiciais trabalhistas, na forma descrita no Item 10.18, deste Relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a APPA, determinando a elaboração de minucioso estudo sobre a estimativa do valor das causa trabalhistas e a expectativa de perda das lides, a fim de consubstanciar a planificação futura de seus orçamentos, na forma descrita no item 10.18, deste Relatório.

- A CPI requer à Presidência desta Casa, a apresentação de Indicação Legislativa, para colher a devida aprovação do Plenário, determinando o envio de ofício a procuradoria Geral do Estado do Paraná, solicitando que aquele órgão realize um minucioso levantamento e avaliação da atuação dos procuradores jurídicos da APPA, e seus prepostos, no sentido de averiguar a performance de tais profissionais nos respectivos processos, procurando identificar a ocorrência de desvios na atividade, pelos motivos constantes no Item 10.18, deste Relatório.

- A CPI indica a Presidência desta Assembléia Legislativa a apresentação de Projeto de Resolução propondo a constituição no Quadro Organizacional deste Poder, de um órgão (Departamento, Coordenadoria ou Setor) denominado Departamento Institucional de Inquérito Legislativo, composto de um Diretor ou Coordenador Geral e um Coordenador para cada Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, sendo que, para cada coordenadoria deverá ser estruturado um quadro de profissionais qualificados específicos. Órgão esse, que deverá ser instalado em local apropriado, que atenda às necessidades de cumprimento otimizado de sua finalidade, bem como que seja provido de infra-estrutura funcional adequada, com disponibilização de equipamentos e recursos suficientes para bem assessorar todos os atos técnico-jurídicos dos membros que compõem as Comissões Parlamentares de Inquérito desta Casa de Leis, pois a principal função institucional deste Poder legislativo é a fiscalização de todo e qualquer ato público e privado, que se manifesta de forma plena no trabalho das CPIs, entendendo esta

Comissão que há necessidade urgente da criação do Departamento Institucional de Inquérito Legislativo;

- A CPI indica a Presidência desta Assembléia Legislativa, que tome as providências necessárias, no sentido de promover a inclusão no Regimento Interno desta Casa, de mandamento impondo que o requerimento ou proposição que solicite ao Plenário a constituição de CPIs, indique, além do prazo, do objeto, da composição, um plano com previsão orçamentária, para fazer frente às despesas da Comissão, pois é inadmissível que uma CPI fique paralisada em suas ações, por motivo de falta de recursos para cumprimento de sua missão, pois até mesmo, diárias aos técnicos que freqüentemente se deslocavam sigilosamente à Paranaguá, foram pagas atrasadas, provocando entrave para consecução dos objetivos, sendo este um clamor não só desta CPI do Porto, mas com certeza de todos os Deputados membros de CPIs vigentes desta ALEP;

- A CPI solicita à Presidência desta Assembléia Legislativa que determine a notação em ficha funcional dos servidores abaixo relacionados, de votos de louvor, pelos relevantes e proficientes trabalhos desenvolvidos na Consultoria e Assessoramento da CPI:

Coordenador Jurídico Legislativo da CPI:

Dr. Jefferson Abade, advogado, servidor público civil desta Assembléia Legislativa, lotado na Diretoria Legislativa, matrícula nº 40.079, pela coordenação de todos os trabalhos jurídicos de consultoria e assessoramento da Secretaria da CPI, serviços estes que auxiliaram O Sr. Presidente na condução da CPI e este relator a traduzir seus entendimentos neste relatório;

Secretária Geral da CPI:

Bel. Sônia Goretti de Oliveira Carvalho servidora pública civil desta Assembléia Legislativa, lotada na Diretoria Legislativa, matrícula nº 0058, pelos relevantes serviços de Gerenciamento, organização e manutenção da Secretaria Administrativa da CPI, ações que deram suporte aos trabalhos da Equipe Técnica e de forma especial ao Presidente da CPI e a este relator, que pode constatar o profissionalismo com que foram arquivados as dezenas de milhares de materiais documentais recepcionados, os ofícios expedidos, a elaboração de atas, além do zelo e carinho com que atendeu a todas as necessidades dos parlamentares durante as reuniões.

Consultoria Executiva do Presidente da CPI:

Bel. Lilian Harriet Wunderlich Vieira, economista, servidora adida a este Poder, oriunda do Executivo Estadual, pelos relevantes serviços de assessoramento, não só ao Presidente da CPI, mas também a todos membros da Comissão e demais autoridades envolvidas, trabalhos que, em muito auxiliaram nas investigações e análises documentais, pois ajudaram a fundamentar os posicionamentos parlamentares a cerca dos temas apurados;

Secretária Executiva do Relator Deputado Alexandre Curi

Bel. Adriane Garcel, servidora deste Poder, matrícula nº 5215 pela eficiência com que administrou todo o intercâmbio relacional entre os membros efetivos, os integrantes da Equipe Técnica da CPI e o Sr. Relator, pela dedicação e esmero dignos de quem detém proficiência em suas ações.

- A CPI solicita à Presidência desta Assembléia Legislativa, que o presente Relatório, em seu inteiro teor, seja inserido no SITE da ALEP, para conhecimento público;

- A CPI solicita à Presidência desta Assembléia Legislativa que determine a publicação das conclusões e encaminhamentos deste Relatório, no Diário da ALEP, para que conste dos Anais.

Agradecimentos

Por deliberação unânime dos membros desta CPI, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, gostaríamos de externar os nossos agradecimentos as seguintes pessoas, autoridades e órgãos:

A Equipe de Consultoria e Assessoramento Técnico da CPI

Pelo profissionalismo e competência com que foram prestados os serviços de assessoramento aos trabalhos e atividades da Comissão Parlamentar, tanto nas reuniões ordinárias, quanto nas investigações procedidas, que com muito zelo e confiabilidade, trataram de todos os serviços que foram determinados a fazer, sempre com dedicação e responsabilidade, principalmente quando laboraram com matérias de cunho sigiloso, nunca prejudicando os objetivos da CPI. Manifestamos nossos votos de louvor aos Servidores:

Coordenador Jurídico Legislativo da CPI:

- **Dr. Jefferson Abade**, advogado, servidor público civil desta Assembléia Legislativa, lotado na Diretoria Legislativa, matrícula nº 40.079, pela coordenação de todos os trabalhos jurídicos de consultoria e assessoramento da CPI, serviços estes que auxiliaram O Sr. Presidente na condução da CPI e este relator a traduzir seus entendimentos neste relatório;

Consultora Executiva do Presidente da CPI:

- **Bel. Lilian Harriet Wunderlich Vieira**, economista, servidora adida a este Poder, oriunda do Executivo Estadual, pelos relevantes serviços de assessoramento, não só ao Presidente da CPI, mas também a todos membros da Comissão e demais autoridades envolvidas, trabalhos que, em muito auxiliaram nas investigações e análises documentais, pois ajudaram a fundamentar os posicionamentos parlamentares a cerca dos temas apurados;

Secretária Geral da CPI

- **Bel. Sônia Goretti de Oliveira Carvalho** servidora pública civil desta Assembléia Legislativa, lotada na Diretoria Legislativa, matrícula nº 0058, pelos relevantes serviços de Gerenciamento, organização e manutenção da Secretaria Administrativa da CPI, ações que deram suporte aos trabalhos da Equipe Técnica e de forma especial ao Presidente da CPI e a este relator, que pode constatar o profissionalismo com que foram arquivados as dezenas de milhares de materiais documentais recepcionados, os ofícios expedidos, a elaboração de atas, além do zelo e carinho com que atendeu a todas as necessidades dos parlamentares durante as reuniões.

Diretor Legislativo da Assembléia

- **Dr. Severo Olímpio Sotto Maior**, Diretor Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por não ter medido esforços para atender as necessidades de equipamentos, espaços físicos e pessoal qualificado próprios da ALEP para suprir a demanda de trabalhos gerados pela CPI.

Chefe do Gabinete do Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

- **Dr. Paulo Moacyr W. Rocha Filho**, pelas prestativas e elucidativas informações prestadas a Equipe Técnica da CPI e pelo competente trabalho de fornecimento de documentos solicitados por esta Comissão, nunca medindo esforços para atender os requerimentos, manifestando-se sempre de forma elegante e profissional no trato e acompanhamento dos trabalhos da CPI junto a APPA, principalmente na defesa e justificação dos atos daquela Administração, destinando também técnicos portuários a darem explicações sobre o funcionamento, agradecendo na pessoa do Dr. Paulo, também ao Eng.º Luiz Henrique e à Srta. Dra. Marcela, pela especificação dos dados referentes à estrutura da autarquia, à performance, os projetos planejados e em andamento, e ao Bel. Breide, profissional da área de informática que deu apoio às necessidades de equipamentos digitais para a elaboração do presente relatório.

Secretária Executiva do Relator Deputado Alexandre Curi

- **Bel. Adriane Garcel**, servidora deste Poder, matrícula nº 5215 pela eficiência com que administrou todo o intercâmbio relacional entre os membros efetivos, os integrantes da Equipe Técnica da CPI e o Sr. Relator, pela dedicação e esmero dignos de quem detém proficiência em suas ações.

Considerações Finais

Após mais de um ano de inquérito, contadas as prorrogações de prazo e recessos parlamentares, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Parana-

guá, na data de 04 de abril de 2.005, na forma expressa na Ata da 22ª Reunião Ordinária, constante do Item 4.1, retro exposto, aprovou o presente relatório, sem apresentação de qualquer modalidade de emendas, não constando também críticas formalizadas ao texto.

No nosso entendimento esta CPI cumpriu com seu papel, atendendo às determinações que motivaram a sua constituição. Mas foi além do inquérito, na verdade a CPI mais do que apurar os fatos objeto da investigação, promoveu um amplo debate a cerca dos problemas e necessidades das instituições portuárias paranaenses, apontando soluções às questões e impelindo urgência para a tomada de decisões por parte da Administração da APPA. Tal assertiva foi amplamente conotada com a retomada da dragagem do Canal da Galheta, a melhora na manutenção do asseio em todo o complexo portuário, a implementação de Projetos e Programas de desenvolvimento que sem dúvida dinamizaram as perspectivas atuais e futuras dos Portos.

A pavimentação dos acessos ao complexo portuário, uma obra mais do que necessária, fundamental para toda a atividade da comunidade, foi um marco, pois há muito urgiam-se providências neste sentido.

Como denotamos nas conclusões expostas, apesar de todos os problemas relatados, o Porto de Paranaguá mantém-se forte e grandioso com resultados positivos, prevendo-se elevada expansão e desenvolvimento para mais adiante, com a conclusão de todas as obras de reformas em andamento, com o plano de manutenção do corredor de exportação, com a melhora nos relacionamentos para com as reivindicações da comunidade portuária, e de forma especial, a atenção dispensada aos reclames da ANTAQ, que estão gradativamente sendo cumpridos, porém restando, é claro, muito ainda por fazer, pois o porto não para, é perpétua a sua atuação e os problemas são diuturnos e cotidianos, mas o que nos deixa felizes é que tendemos a um futuro melhor para as exportações e importações através dos nossos terminais, em benefício dos que se utilizam dos portos e de toda a população paranaense e brasileira.

Erros e acertos, provações e testes, críticas e elogios nos impelem a derrotas e a sucessos, é intrínseco à atividade o risco num mercado constantemente mutativo. Transgênicos e orgânicos, ferroviários e rodoviários, interesses públicos e privados, formam o contexto ordinário dos portos do Paraná.

As políticas adotadas também são como as ondas do mar, elas vão e vem, conforme a demanda e a necessidade da realidade, não só de mercado, mas também social, principalmente num país como o Brasil, dito de terceiro mundo.

Faz-se mister a previsão futura, com vistas a beneficiar a economia do Estado. E neste sentido a CPI deixou claro em seu relatório o *animus* constatado que norteiam todas ações da gestão. Estão pensando o futuro, e pensar o futuro requer mais do que intuição

requer técnica e conhecimento das tendências do cenário internacional.

Foram constatadas irregularidades que o douto Ministério Público saberá conduzir para a responsabilização dos envolvidos. Deixamos evidente que a ausência de regras para a operacionalidade das ações administrativas, prática que há muito tempo perdura, redundou em um costume e a vícios que deverão, com as lições duramente aprendidas, ser urgentemente reparados com regulamentação e antevisão das intenções criminosas. Mas o crime não compensa e não é perfeito, aliás, furta-se de defeitos para sua consumação, como esses que apontamos, a lacuna de regulamentação, a falta de controle e fiscalização constante, não só do Porto, mas do Poder Público concedente e do Estadual, aí se inserindo o Poder Legislativo, que cumprindo sua função institucional de fiscalização, não deve afastar-se de sua obrigação.

Importante salientar a dedicação dos parlamentares integrantes da CPI, principalmente nas ações de investigação e, de forma especial, na leitura pormenorizada e entendimento do presente relatório, fato que corroborou para as conclusões quase que unânimes, com tão somente divergências pontuais, pois críticas devem ser tempestivas, ao seu tempo, e não após concluído a fase de inquérito, ato que pressupõe má fé e omissão.

O comportamento dos órgãos de Imprensa também foi outro fato digno de conotação. Durante todo o processo buscaram auxiliar com informações a CPI, sendo que todas as notícias veiculadas, sem restrições, compuseram o corpo deste relatório, para que o consulente futuro deste documento, possa perceber do clima e as indagações acerca do tema.

A compreensão da defesa dos interesses do Paraná, muitas vezes conflitantes com os interesses nacionais e internacionais, foi outro tópico importante que balizou as ações da CPI. Tanto parlamentares da oposição como os componentes do Bloco de apoio ao Governo atual, souberam democraticamente assegurar as intenções de desenvolvimento, primeiro aos filhos de nosso Estado, anseio este que sem duvida, automaticamente traz benefício a todo o povo brasileiro.

Por fim, após aprovado este relatório pela maioria dos membros da CPI, em confirmação de suas conclusões e encaminhamentos necessários, para que surtam os efeitos regimentais, legais e constitucionais, nesta data de 04 de abril de 2005, assinam abaixo:

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente da CPI

DEPUTADO WALDIR LEITE

Vice-Presidente da CPI

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

Relator da CPI

Membros Efetivos:

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

DEPUTADO ELTON WELTER

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI

DEPUTADO BARBOSA NETO